



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E ATUÁRIA**  
**Departamento de Economia**

**FERNANDO HENRIQUE ALVES DE CARVALHO**

**DEFINIÇÃO ECONÔMICA DE DIREITA E ESQUERDA**

**Monografia de Bacharelado em Ciência Econômicas**

**São Paulo**  
**Novembro/2022**

**FERNANDO HENRIQUE ALVES DE CARVALHO**

**DEFINIÇÃO ECONÔMICA DE DIREITA E ESQUERDA**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação do Professor Antonio Carlos Alves dos Santos

**Novembro/2022**

**O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP.**

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Carvalho, Fernando Henrique Alves de  
Definição econômica de Direita e Esquerda / Fernando Henrique  
Alves de Carvalho – São Paulo, 2022, 55p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências  
Econômicas  
Orientador: Antonio Carlos Alves dos Santos

1. Igualdade e Liberdade 2. Escolas Econômicas e os Termos Direita  
e Esquerda.  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

## Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. IGUALDADE E LIBERDADE	5
2.1. Percebendo-se desiguais	5
2.2. O paradoxo	9
2.3. Liberdade e propriedade privada	14
2.4. Extremos e a escolha fatal	17
3. ESCOLAS ECONÔMICAS E OS TERMOS DIREITA E EQUERDA	22
3.1. Capitalismo, Socialismo, Comunismo	23
3.2. A consolidação da Direita capitalista	29
3.3. A esquerda socialista, e o surgimento da esquerda capitalista	37
3.4. Identificação pessoal ou ferramentas econômicas	41
4. CONCLUSÃO	49
5. BIBLIOGRAFIA	55

Carvalho, Fernando Henrique Alves de. **Definição econômica de Direita e Esquerda**. São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**Resumo:** os termos Direita e Esquerda são comumente utilizados para a identificação de posicionamentos políticos e econômicos. Com base em textos e autores clássicos, iremos identificar a ligação de conceitos e escolas econômicas com o espectro objeto do trabalho, e como acontecem as interações entre esses conceitos e escolas conforme a ciência econômica evolui.

**Palavras-chave:** Direita. Esquerda. Espectro econômico. Liberdade. Igualdade. Propriedade privada. Capitalismo. Socialismo. Comunismo. Escola clássica. Escola neoclássica. Novos clássicos. Escola keynesiana. Escola neokeynesiana. Novos keynesianos. Marxismo.

**Código JEL:** G140

**Abstract:** *the left and right terms are usually used to identify political and economic positions. Based on classic texts and authors, we will identify the connection between economic concepts and schools with the spectrum we are working on, and how the interactions between these concepts and schools happen as economic science evolves.*

**Keywords:** *Right wing. Left wing. Economic spectrum. Liberty. Equality. Private propriety. Capitalism. Socialism. Communism. Classical school. Neoclassical school. New classics. Keynesian school. New keynesian school. New Keynesians. Marxism.*

**JEL Classification:** G140

## 1. INTRODUÇÃO

Os termos Direita e Esquerda são amplamente utilizados nos meios secular e – apesar de com menos frequência – acadêmico, e sua utilização tem por objetivo categorizar posicionamentos, valores e defesas que indivíduos ou grupos de indivíduos podem possuir. Porém a capacidade de definição desses termos é dificultada pela sua abrangência, simplicidade e generalidade. Em seu surgimento, na Revolução Francesa (1789 - 1799), deram ênfase, num primeiro momento, somente a posicionamento relacionados com a política. Não que esses posicionamentos já não fossem extensos e complexos por si só, porém, até que a Revolução Industrial acontecesse, sua utilização não era disseminada pela sociedade. Foi com a urbanização e um aumento insipiente de educação que esses termos passam a fazer parte do vocabulário da sociedade, ou pelo menos da elite educada e politizada da época (FIABANE, 1999).

Já no início das pesquisas para referências sobre o tema, uma primeira percepção já mostra parte da motivação para esse trabalho: o número de artigos e textos acadêmicos – e mesmo livros – que se propõe a identificar uma definição para os termos é imensamente desproporcional a quantidade que esses termos são utilizados pela sociedade ocidental. Adquiri a opinião, ao longo do exercício de criação desse trabalho, que o motivo para a raridade de definições acadêmicas acontece porque uma divisão clara de conceitos completamente antagônicos, como sugere o espectro, é extremamente problemática, simplória e possui uma utilidade irrisória nos tempos atuais.

Existiria a possibilidade de realizarmos esse trabalho de definição buscando exclusivamente os acontecimentos históricos e os principais nomes considerados de um ou outro lado, gerando um texto claro e conciso o suficiente para ser utilizado, por exemplo, em dicionários políticos e econômicos. Esse não é o foco desse trabalho. O objetivo da definição econômica de Direita e Esquerda passa por uma discussão dos conceitos constitutivos de cada “lado”, realizando a análise de obras e autores clássicos das principais linhas econômicas que contém conteúdos em comum umas com as outras, para tentar formar uma imagem de quais são os conceitos e as escolas econômicas que podem ser incluídas na cesta

da Direita ou na cesta da Esquerda, com especial atenção a quais características que cada um desses conceitos e escolas econômicas possui de forma a validar seu posicionamento, e igualmente quais características que possuem – ou passaram a possuir com o tempo – que são contraditórias ao posicionamento que foram designados.

Como Direita e Esquerda nasceram como termos políticos, vale passar rapidamente pelo contexto histórico de seu surgimento: a Revolução Francesa (1789 – 1799). Na segunda metade do século XVIII a França vivia uma crise financeira gerada pelos altos gastos da monarquia com luxos e com a Guerra dos Sete Anos (1756 a 1763). Era regida por um sistema hierárquico chamado *ancién regime*, que dividia a sociedade em três grupos: o Primeiro Estado, formado pelo clero da igreja Católica (que continha grande poder na França nessa época); o Segundo Estado, formado pela nobreza e aristocracia (que se beneficiavam de vários privilégios); e o Terceiro Estado, formado pela maioria da população, como camponeses e trabalhadores urbanos. A desigualdade social era gritante entre os dois primeiros grupos e o terceiro. Pelo descontentamento acumulado de todos esses grupos com a situação do país, iniciaram-se reuniões entre esses grupos. Ou ainda por grupos cindidos, ou por novos grupos que se formaram (FIABANE, 1999).

Não iremos aprofundar nos detalhes históricos da Revolução Francesa (1789 - 1799), o que nos é interessante saber é que inicialmente três grupos se formaram, e a partir de então houve movimentações, cisões, fusões, novos agrupamentos, e grupos que se desfizeram ou perderam sua importância. A formação dos grupos passava pela identificação de defesas em comum de uma ou outra questão política que acontecia na época, como por exemplo: como solucionar a crise financeira que o país passava – aceitando iniciar a cobrança de impostos da igreja e da aristocracia, ou aumentar ainda mais os impostos já cobrados da população geral –; a definição do tamanho do poder que o rei possuiria, optando pela manutenção do poder absoluto do rei, pela constituição de uma monarquia parlamentarista – que limitaria o seu poder – ou pela completa destruição da monarquia e a implantação de um sistema democrático. Ou seja, esses grupos se juntavam e se afastavam dependendo de como as situações se mostravam numa

época de extrema tensão social, gerando defesas hora convergentes, hora divergentes com um ou outro grupo.

Os termos Direita e Esquerda em si se formaram pela distribuição física que passou a acontecer numa Assembleia Nacional realizada por três grupos específicos, que no local passaram a se juntar em pontos específicos do salão:

À esquerda do presidente da Assembleia sentavam-se aqueles que defendiam os direitos do povo através da proposta de um governo democrático no qual todos os homens tinham o direito ao voto. À direita estavam os conservadores, representantes da realza que desejavam o fim da revolução e a permanência do sistema de privilégios. E, ao centro ficavam os que eram a favor de uma monarquia constitucional com o poder do rei limitado pelas leis feitas pela Assembleia. (FIABIANE, 1999, p.18)

Como vemos, o termo Direita passou a ficar associado com conservadores e defensores do sistema monárquico que lhes garantia privilégios em detrimento dos demais, e o termo Esquerda passou a ficar associado com os defensores dos direitos do povo por meio de um novo sistema político que garantiria ao povo o poder de influência no rumo do país, acabando com os privilégios dos “de direita”. Ambos os grupos passaram a assumir fisicamente uma posição à direita ou à esquerda do presidente da assembleia no salão que utilizavam, e é assim que o espectro passa a se formar e se identificar com determinados posicionamentos e defesas políticas – e mais tarde também econômicas. Existiu ainda um grupo intermediário que defendia um “meio termo”, uma monarquia constitucional (um pouco do que a Direita desejava – mas não tudo – e um pouco do que a Esquerda desejava – mas não tudo também) se definindo como o Centro – que com o escalonamento das tensões causadas pela revolução rapidamente perdeu a sua importância.

Muitas outras assembleias e convenções aconteceram durante o período da Revolução Francesa, mas um evento específico irá contribuir para deixar claro o formato e as intensões desse trabalho:

(...) observa-se não só a mudança de posição dos Feuillants, mas também dos Girondinos. Este partido político em Manège estava à

esquerda. Com o decorrer da história, no entanto, na Convenção Nacional Democrática os Girondinos debatiam a favor dos interesses da classe média rica de Direita. (FIABIANE, 1999, p.18)

A identificação de uma flexibilidade já no nascimento dos termos de direita e esquerda, ainda que por enquanto somente em termos políticos, já indica o que veremos. Os conceitos e definições que passaremos serão relativizados quanto às suas contradições e paradoxos, de forma a relativizar a utilização desses termos de forma absoluta ou exageradamente pragmática.

Por meio da metodologia bibliográfica, iremos nos aprofundar em autores clássicos ou contemporâneos com o objetivo de realizar análises qualitativas de suas teorias e argumentos. De natureza básica, essa pesquisa tem o objetivo exploratório em relação ao conteúdo já disponível nas ciências humanas, de forma a contribuir com uma definição econômica mais clara e relativizada dos termos Direita e Esquerda.

O trabalho está organizado em dois capítulos e uma conclusão com minhas considerações finais. Essa pesquisa se inicia no primeiro capítulo por dois temas mais abrangentes. Os conceitos de liberdade e de igualdade são comumente utilizados como balizadores de identificação de valores de uma pessoa, que por sua vez, a coloca em um dos lados do espectro. Veremos as definições que alguns autores dão para ambos os conceitos de forma separada e, primeiro ainda de forma separada, identificaremos problemas relacionados à suas próprias definições teóricas, e então, concluiremos com a complementaridade e contraditoriedade que igualdade e liberdade têm entre si, e como isso acaba por inviabilizar uma defesa prática absoluta de uma ou de outra.

No segundo capítulo embarcaremos mais claramente nos conceitos e escolas econômicas que são utilizadas para delimitar um lado ou outro, nos utilizando das definições indicadas no primeiro capítulo, que nos auxiliam a compreender a ligação entre as teorias exploradas e o posicionamento no espectro. Veremos como o capitalismo passa a ter sua defesa nas teorias clássicas e liberais considerada como de direita, e como socialismo e comunismo passam a ter na defesa de suas propostas a consideração de pertencerem ao lado esquerdo da

ciência econômica. Passaremos então às análises das teorias e revisões que aconteceram em ambas as escolas econômicas, identificando como essas revisões contribuíram ou atrapalharam na clareza da separação do que pode ser considerado como algo economicamente de direita ou de esquerda.

Ao final do segundo capítulo procuraremos identificar de forma mais clara como acontecem hoje as interações das teorias e conceitos econômicos de cada um dos lados, como ambos se afetam mutuamente e como essa interação afeta a evolução do sistema econômico e da própria ciência econômica.

## **2. IGUALDADE E LIBERDADE**

Igualdade e liberdade teriam, à primeira vista, a aparência de conceitos separados, objetivos facilmente paralelos sem interferência entre si. Veremos nesse capítulo o quão isso não é verdadeiro, quanto e como um afeta o outro conceitualmente e na prática. Isso começa a nos trazer a visão do caráter quase ficcional, apesar de válido e útil, que o objetivo da aplicação expandida dessas duas palavras nas sociedades atuais tem. Elas precisam ser dissecadas e aprofundadas com extremo cuidado na aplicação prática e teórica, pois, no final, sempre é e será possível dividir as escolhas de políticas públicas em montantes de uma ou de outra, como numa balança que tem de um lado a liberdade e de outro a igualdade.

### **2.1. Percebendo-se desiguais**

A ciência econômica tem como objetivo o estudo do comportamento humano no que se refere às trocas e à distribuição de recursos e serviços escassos. Sabe-se que o comportamento humano é em grande parte regido pelas suas percepções sobre a realidade e como isso afeta na formulação de seus objetivos. Com base nessa premissa, precisamos debater sobre um dos conceitos mais embrionários da constituição do que se chama de direita e esquerda econômica (Lent, 2010).

A desigualdade é, em seu surgimento, pretérita à igualdade quando percebemos que o homem passou a desejar a igualdade quando se sentiu desigual frente aos demais, e o início dessa percepção remonta das eras mais primitivas do desenvolvimento intelectual da espécie humana (ROUSSEAU, 1754). Como explica

Jean-Jaques Rousseau em seu livro “A origem da desigualdade entre os homens” (1754), o momento em que o homem passou a desenvolver a habilidade de cultivar grãos e animais para consumo próprio, passou também a deixar de se movimentar livremente pela natureza, adquirindo um local de abrigo. Nesse momento, e por consequência desse movimento, o homem passou também a desenvolver a habilidade da comunicação, entre outros motivos, e passou a “ter” um espaço de sua propriedade. Esse novo conceito de propriedade gerou novas necessidades e desafios ao homem selvagem, como por exemplo, passou a precisar protegê-lo, assim como passou a proteger outros seres humanos que compartilhavam do mesmo espaço que ele. Rousseau (1754) especula em seu livro que esses humanos já compartilhavam suas habitações e propriedades com sua família, mas ele mesmo indica que esse conceito familiar surgiu nessa mesma época e por consequência desse novo comportamento humano.

O que nos interessa nessa discussão é o nascimento do entendimento do significado de propriedade entre os humanos. Numa sociedade primitiva como essa, onde não havia leis e Estado, permanecendo no exemplo, os indivíduos precisavam criar estratégias para a defesa de sua propriedade, sempre insegura, apesar de vital. Ao se depararem com ataques, saques e roubos de outros indivíduos, precisavam defender com o uso da força, o que não lhes garantia, de certo, a vitória (ROUSSEAU, 1754). Vale ressaltar que esse período da história humana é, na verdade, extremamente extenso quando comparado à velocidade do desenvolvimento que o ser humano do século XXI passou a atingir (HARARI, 2011). A contínua e exaustiva necessidade de defesa de sua propriedade foi um dos motivadores do desenvolvimento da comunicação. Com o passar do tempo, eles passaram a se organizar, por exemplo, entre vizinhos, com o objetivo de criar juntos estratégias mais eficientes de proteção. Com isso, o que se poderia descrever como a primeira divisão do trabalho, passa a acontecer. Homens passam a ser responsáveis exclusivamente pela proteção da propriedade dos outros e, claro, não faziam isso sem garantia de algum retorno. Eram pagos com os recursos gerados pelos proprietários que protegiam. Logo passou a ser evidente que diferenças

naturais como força e destreza poderiam induzir um trabalho mais bem realizado em uma ou outra tarefa designada (ROUSSEAU, 1754).

Não é certo, apesar de racionalmente provável, que essa possa ser chamada de a primeira transação de recursos que a espécie humana realizou. Porém, junto com ela, e por consequência acumulada de todos os fatores anteriores descritos, uma nova sensação passou a vigorar na mente humana: a diferença entre o indivíduo e “o outro”. De um lado havia o possuidor da terra e do poder sobre o que seria nela cultivado, tanto quanto do produto gerado por esse cultivo, e do outro lado, o detentor da responsabilidade sobre a manutenção da seguridade da existência e manutenção do primeiro, em seu status atual, além de possuir um crédito sobre parte do produto gerado pela produção do outro, como forma de pagamento sobre o seu trabalho (ROUSSEAU, 1754).

Incluindo aqui novamente o tempo como catalizador dos desenvolvimentos humanos, é certo que, com o passar do tempo, muitas vezes essa estratégia deu certo, mas é igualmente certo dizer que muitas vezes essa mesma estratégia não funcionou. E aqui fica claro a capacidade humana de aprender com os erros, se não gerada, altamente desenvolvida nesse período. Capacidade essa que mostra seu carácter de impulsionador do desenvolvimento humano (HARARI, 2011). Sabe-se que esse agrupamento passou por uma expansão conforme uma ou outra vila aumentava a capacidade de se defender e manter internamente uma relativa paz, necessária para a manutenção do que já havia, além de diversas outras habilidades que o homem primitivo desenvolveu nesse período (ROUSSEAU, 1754). Aqui já percebemos algo que iremos desenvolver de forma mais profunda mais para frente, mas já adianto: o progresso surgiu como forma de se conservar o que já existia (MARX, 1867).

Mas voltando para o tema desse tópico e seguindo no exemplo. Com o aumento desses agrupamentos, ficou cada vez mais fácil gerar trabalhos que não eram diretamente produtivos, ou seja, não produziam ou auxiliavam com as próprias mãos a produção pelo cultivo na terra dos proprietários. Vale ressaltar aqui que, não foi só por consequência da necessidade de segurança de sua propriedade que se desenvolveu a comunicação, a sensação de diferença e, o início das transações e

a divisão do trabalho. Esse desenvolvimento por certo também foi fruto, em conjunto de diversas outras mudanças de hábito que o homem passou a ter com a exploração de sua habilidade de manusear a natureza conforme suas necessidades, como por exemplo, a própria possibilidade de escambos realizados entre esses agricultores primários, por conta da especialização gradual e crescente de cada um no cultivo de um ou dois tipos diferentes de produtos (ROUSSEAU, 1754).

O aumento desse contingente de trabalhadores não produtivos e de proprietários de terra, somado ao desenvolvimento da comunicação, gerou o início da combinação de regras de como as coisas deveriam funcionar internamente, e como deveriam se comportar frente aos ataques externos. Essas regras agora também precisavam de indivíduos responsáveis por fiscalizá-las, julgá-las, e em sociedades maiores, inclusive de criá-las ou modificá-las. Acontece que as diferenças percebidas entre os indivíduos, que antes eram somente ineptas, passam agora a influenciar no gerenciamento dessas regras. Perceba-se: a gênese de todo o processo foi, por exemplo, a garantia de que as propriedades não fossem atacadas, e que o escambo de mercadorias fosse garantido, o que acaba por colocar o direcionamento em um único tipo de indivíduo boa parte dos objetivos de proteção que as novas regras precisavam consolidar e garantir: os proprietários. (ROUSSEAU, 1754)

E aqui fica clara a origem das desigualdades entre os homens. Não foi algo arquitetado ou maleficamente direcionado com a intenção da exploração, apesar de ter sido, por muitas vezes, essa a consequência observada. Foi o desenvolvimento (que não sei se cabe rotular como natural) que a espécie humana trouxe consigo por consequência de suas escolhas (que mais puderam ter se mostrado como única saída para a defesa de sua propriedade), de seu sustento e, inclusive, da sua vida e de seus dependentes, que gerou essa cadeia de movimentos e consequências. Esses humanos não pensavam em propriedade como nós pensamos hoje (ROUSSEAU, 1754). O conceito de propriedade desses humanos era extremamente misturado com os conceitos de subsistência e sobrevivência. Um ataque à uma propriedade era um ataque à vida! Mas não é

porque hoje entendemos que a propriedade tem outros motivadores e consequências que não foi nela a base da geração do conceito de desigualdades, e por consequência, do que é igualdade (ROUSSEAU, 1754).

Não vou me aprofundar aqui sobre os detalhes que levaram a sociedade (que até agora descrevi) para sociedades onde um ou mais soberanos passaram a dominar grandes volumes de terras e propriedades. Sobre isso vale somente ponderar que, esse movimento não foi, por certo, algo natural ao ser humano. Apesar de sabermos que quando começam a acontecer, os homens que existiam à época já estavam distantes há muitas gerações dos homens anteriores à agricultura, e que eram tão livres ao ponto de nem entenderem o conceito de liberdade (HARARI, 2011). Para isso é interessante considerar a observação que Rousseau (1754) faz:

Não seria mais razoável acreditar que os povos se jogaram primeiro nos braços de um senhor absoluto, sem condições e sem volta, e que o primeiro meio de prover a segurança comum imaginado por homens ativos e indomáveis foi se precipitar na escravidão. De fato, por que eles adotaram superiores, senão para defendê-los contra a opressão e proteger seus bens, suas liberdades e suas vidas, que são, por assim dizer, os elementos constitutivos do seu ser? Ora, como o pior que pode acontecer nas relações entre os homens é um se ver à discrição de outro, não teria sido contra o bom senso começar por entregar nas mãos de um chefe as únicas coisas para cuja conservação eles necessitam da ajuda deste? Que equivalente ele podia oferecer a eles para a concessão de um direito tão belo? E, se ele tivesse ousado exigir isso, a pretexto de defendê-los, não teria recebido imediatamente a resposta do apólogo: o que o inimigo nos faria de pior? É incontestável, portanto, e é a máxima fundamental de todo o Direito Político, que os povos adotaram chefes para defender sua liberdade e não para subjugar-los. (ROUSSEAU, 1754, 90-1)

E aqui começamos a entender a íntima ligação que a igualdade tem com liberdade. Vamos entender melhor sobre isso no próximo tópico desse capítulo.

## **2.2. O paradoxo**

Precisamos salientar que a visão de Rousseau (1754) de que todos os homens são iguais por natureza foi criticada por Friedrich Nietzsche (1874), mas não só. Ludwig Von Mises (1927) também argumenta contra a defesa de que todos

os homens são naturalmente iguais, faz isso inclusive numa crítica que inclui em seu livro sobre o liberalismo de um modo interessante: propõe uma revisão do argumento dos liberais do século XVIII que pensavam como Rousseau (1754). Para ele “todos os homens são totalmente desiguais” (MISES, 1927, p. 57). E sua argumentação prossegue ao indicar que essa desigualdade é, na verdade, benéfica para toda a sociedade.

Mises (1927) indica que somente existiriam duas razões coerentes para que a aplicação da lei seja direcionada ao tratamento igual de todos os cidadãos de uma sociedade, a liberdade de trabalho (ou não escravidão) – por considerar o aumento da produtividade comparada entre trabalhadores livres e escravos –, e para contribuir para a paz social – segundo ele “qualquer perturbação do desenvolvimento pacífico da divisão do trabalho deve ser evitada” (MISES, 1927, p. 57). Defende ainda a existência de certos privilégios, pois serviriam como um modelo motivacional aos mais pobres buscarem aumentar sua produtividade (e que o mercado de luxo induz as indústrias à inovação).

Observando os argumentos de Mises (1927) pela melhor luz possível, seguindo estritamente o caminho que propõe, chegamos até a conseguir localizar uma racionalidade no ponto apresentado. Porém, sua argumentação não se estende, pelo menos não nessa obra, e ficamos carentes de algumas respostas. Na premissa utilizada por ele, se todos os homens forem considerados desiguais, isso traria, automaticamente, a necessidade de que leis e instituições o tratassem considerando suas desigualdades. Da mesma forma, se todos os homens forem considerados iguais, a necessidade seria automática de que leis e instituições o tratassem sempre de forma igual (MISES, 1927). Outro questionamento seria sobre como que artigos de luxo – que não são em nenhuma medida uma inovação – podem auxiliar? Seria na vontade do pobre em ter, por exemplo, um anel de ouro, que se basearia toda a motivação humana ao trabalho?

Sua defesa pela propriedade privada, porém, apresenta um bom argumento que precisamos considerar com sua devida importância. Indica que, se algo que beneficie um indivíduo também beneficie todo o grupo, esse interesse pessoal não precisaria ser combatido, visto que o resultado de sua aplicação gera

um bem social (defesa essa baseada em textos clássicos, como de Adam Smith (1776)) (MISES, 1927). Se considerarmos que a existência da propriedade privada – e todas as suas consequências – trouxe a sociedade humana as melhores condições de vida em comparação a sociedades históricas ou recentes que não possuíam esse objeto, ou buscaram sua exclusão (ROSLING, 2018). Seria coerente, portanto, considerar essa desigualdade de posses e renda desejada ao invés de combatida?

Ouso aqui contribuir ao argumento descrito por Mises (1927) com mais alguns dados, como o resultado de um estudo realizado pelo Banco Mundial, e descrito no livro *Factfulness* de Hans Rosling (2018) que mostra que: o nível de pobreza extrema na humanidade caiu de 85% em 1800 para 9% em 2017; que a expectativa de vida média da humanidade subiu de 31 anos em 1800 para 72 anos em 2017; mortes de crianças com menos de 5 anos (44% em 1800, 4% 2016); trabalho infantil (28% em 1950, 10% 2021); alfabetização (10% em 1800, 86% em 2016). Esse mesmo autor explica o fenômeno que faz com que as pessoas tenham a percepção de que o mundo está pior hoje do que no passado, apesar de todos os dados comprovarem o contrário, como vimos.

Falta um detalhe no ciclo virtuoso que o argumento sobre a propriedade privada de Mises (1927) conquistou aqui. Se considerarmos (como de fato parece) que o mundo se tornou um lugar melhor para cada vez um número maior de pessoas nas últimas décadas e séculos (ROSLING, 2018), seria essa melhora gerada exclusiva ou parcialmente pela propriedade privada ou seria apesar dela? Deixo aqui propositalmente essa ponta solta para futuros trabalhos sobre o tema.

Ambos, Rousseau (1754), Nietzsche (1874) e Mises (1927) estavam na mesma medida certos e errados. Como indica Norberto Bobbio (1994) “Os homens são entre si tão iguais quanto desiguais. São iguais por certos aspectos e desiguais por outros” (BOBBIO, 1994, p. 119-20). Resumo os exemplos que ele mesmo indica em seguida: todos os homens irão morrer e, portanto, são iguais perante a morte, mas da mesma forma, os homens irão morrer de motivos, modos e em momentos diferentes e, portanto, são desiguais perante a morte. Com esse irrefutável

argumento, podemos expandi-lo para qualquer outro aspecto, como habilidades, conhecimento e propriedades.

A própria aplicação da igualdade passa, em si mesma, por uma problemática de difícil solução: não é possível definir o que seria “tratar todos igualmente” sem antes definir com qual recurso, material ou não, essa igualdade seria aplicada, a quem seria aplicada e com quais critérios. Tornar todos iguais segundo suas necessidades, por exemplo, precisaria ainda confirmar se – detalhamentos esses não indicados pela teoria que formulou tal objetivo hipotético: o socialismo – por exemplo, mulheres fazem parte do que chamamos aqui de “todos”, ou ainda se escravos seriam beneficiados. É claro que parte da resposta sobre o critério que deveria ser utilizado é indicado conforme postulado. “Segundo suas necessidades” já responde a qual critério essa repartição de bens deveria seguir (BOBBIO, 1994). Porém, como medir as necessidades de uma pessoa? Seria um estudo nutricional de quais alimentos cada um teria a necessidade de consumir? Haveria uma imposição sobre a quantidade de energia elétrica que seria disponibilizada para cada um? Haveria um sistema automatizado que permitiria a utilização de mais energia se, por acaso, um filho recém-nascido acordasse no meio da noite com dor de ouvido? Ainda assim, qual seria o recurso ou os recursos disponibilizados nessa partilha? Todos os bens produzidos pelos homens? Como isso aconteceria com os serviços?

Importante ainda, para nossa discussão, perceber a diferença entre igualdade - que seria simplesmente algo que é igual a outro algo - e igualitarismo. Esse último se apresenta como um movimento humano que tem por objetivo tornar todos iguais em tudo, pois considera que todas as diferenças existentes são sociais (não naturais), e com isso, mutáveis (BOBBIO, 1994). Bem, já vimos todos os empecilhos que esse objetivo estaria sujeito, e sem muita probabilidade de os ultrapassar sem graves concessões. Há também um movimento contrário o anti-igualitarismo, que – como vimos nas defesas de Mises (1927) e dos clássicos – indica que as diferenças entre os homens são proveitosas e benéficas, e que não deveriam ser combatidas, pelo contrário, deveriam realçadas. Essa convicção vem, nessa contraposição ao igualitarismo, da consideração de que todas as

desigualdades humanas são naturais, e por consequência, imutáveis, e que lutar contra elas seria, além de custoso e inútil, contrário ao benefício geral (BOBBIO, 1994).

A ideia aqui é tentar mostrar a contraditoriedade que afasta a possibilidade prática de utilização estrita de uma ou outra visão.

Os conceitos igualitarista e anti-igualitarista são, como Bobbio (1994) considera:

é precisamente o contraste entre estas opções últimas que, em minha opinião, consegue melhor do que qualquer outro critério salientar os dois opostos alinhamentos que nos habituamos, por longa tradição, a chamar de esquerda e direita. De um lado, estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais. (BOBBIO, 1994, p. 121)

E reforça em outra parte da mesma obra:

o critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar. (BOBBIO, 1994, p. 111)

Ou seja, por mais que sua aplicabilidade prática seja precária e seu uso teórico mereça muita atenção e responsabilidade, considerados os diversos fatores que influenciam em sua íntima dinâmica, é nesse conceito que se apoiam grande parte das motivações políticas do ser humano, e com as quais, por vezes, se identifica pessoalmente. Têm, os homens, esses conceitos como valores intrínsecos e inegociáveis, e os usam como lastro necessário para disponibilizar o poder às autoridades, autoridades essas que precisam, por consequência, realizarem seus trabalhos guiados pela busca sempre de mais igualdade – e mais liberdade, como veremos em seguida - para todos.

Precisamos, então, conseguir definir, com responsabilidade e considerando todas as dificuldades apresentadas, qual o objetivo prático final, em

termos de igualdade, que seria esperado que autoridades que realmente tenham o objetivo de alcançá-las.

Como se não bastasse a complexidade relacionada ao conceito de igualdade, ela é, na verdade, apenas um lado de uma moeda. Vejamos agora como se mostra a “outra parte” desse “todo”.

### **2.3. Liberdade e propriedade privada**

Da mesma forma com que analisamos o nascimento da percepção humana sobre o conceito de igualdade, é possível traçar um paralelo e entender a geração do entendimento sobre o direito de liberdade e sua intrínseca contradição. Como vimos, foi provavelmente no início do agrupamento da espécie humana, quando essa passou a se beneficiar da habilidade de cultivar seu próprio alimento, que a percepção da desigualdade entre os indivíduos se consolidou, por conta da inicial separação de tarefas e responsabilidades (ROUSSEAU, 1754). Da mesma forma, a própria organização inicial que permitia a utilização da habilidade individual de realizar seu cultivo criou, por consequência, a separação dos territórios que cada um cultivava. Com o incremento das habilidades que se diferenciavam gradualmente, a demarcação desses territórios ficou cada vez mais claramente definida, e a liberdade individual absoluta anteriormente vivenciada por todos, quando viviam “soltos” na natureza, agora passava a constituir uma liberdade social limitada (BOBBIO, 1994).

Conforme diz Friedrich A Hayek (1988):

[o erro] de confundir dois sentidos de liberdade: aquele sentido curioso no qual se supõe que um indivíduo isolado consiga viver livre e aquele em que muitas pessoas em colaboração mútua podem ser livres. Vistas no contexto desta colaboração, apenas as regras abstratas de propriedade – isto é, as regras da lei – garantem a liberdade. (HAYEK, 1988, p. 50)

Percebemos como fica exposta a ideia da indissociável ligação entre o conceito de liberdade – vivenciada numa sociedade organizada – e a definição de propriedade privada (HAYEK, 1988). Considerando uma sociedade de vários indivíduos que precisam cooperar entre si para obter os recursos necessários para

sobrevivência de todos, a liberdade máxima possível é uma liberdade social, portanto, não absoluta (BOBBIO, 1994). Essa liberdade social é a liberdade que o termo comumente utilizado “a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro” (SPENCER, 1851 à 1896) representa com maestria. Não há a possibilidade de, numa sociedade funcional, obter liberdade sem que ela seja delimitada pela liberdade alheia. E quando olhamos do ponto de vista econômico, com o problema da utilização de recursos escassos, a liberdade de utilização desses recursos precisa ser protegida em alguma medida (ROUSSEAU, 1754). Essa visão também é compartilhada por Norberto Bobbio no trecho:

ordem e liberdade são dois bens em contraste entre si, tanto que uma boa convivência somente pode ser fundada sobre um compromisso entre um e outro, de modo a evitar o limite extremo ou do Estado totalitário ou da anarquia. (BOBBIO, 1994, p. 129)

A proteção da propriedade privada teve (e tem) como objetivo garantir uma liberdade funcional à sociedade onde, para que alguém possa possuir a liberdade de utilizar de acordo com sua vontade certo recurso que tem posse, há a necessidade de limitar a liberdade de outra pessoa, a impedindo de utilizar o mesmo recurso (BOBBIO, 1994). Essa proteção advém – nas sociedades modernas – da lei, que deve ser gerida por um ente supremo, e que na sociedade contemporânea, entende-se como o Estado (HAYEK, 1988).

Porém, a liberdade social que conhecemos hoje não é a mesma que a dos antigos. Essa própria liberdade nem sempre esteve em voga nas sociedades humanas. Pela história podem-se observar diversos casos de sociedades que delimitavam essa liberdade social a alguns indivíduos específicos, seja por privilégios legais, religiosos, preconceituosos, corruptos ou hereditários. Houve um grande período da história em que era “normal” – e com diferentes justificativas, todas absurdas para o senso comum da atual – a existência de humanos privados completamente de liberdade, seja qual fosse: os escravos (ou servos). Não é coincidência que, esses mesmos escravos despossuíam ao mesmo tempo a liberdade e a possibilidade de possuírem propriedades (BOBBIO, 1994). Como destaca Norberto Bobbio:

a injunção 'todos os homens devem ser livres tem um significado puramente emocional se não se responde à questão: 'Todos, exatamente todos?', e se não se oferece uma justificativa para as exceções, como crianças, os loucos ou mesmo os escravos por natureza, na concepção de Aristóteles. (BOBBIO, 1994, p. 127)

Esse período durou tanto tempo que, como diz Ludwing Von Mises:

antes do surgimento do liberalismo, até mesmo filósofos de ideais magnânimos, fundadores de religiões, clérigos movidos pela melhor das intenções, estadistas, que sem dúvida amavam seu povo, encaravam a servidão de parte da raça humana como uma instituição justa, geralmente útil e totalmente benéfica. (MISES, 1927, p. 51)

O liberalismo nasce da construção teórica sobre esses argumentos e motivações. A ideia de que seres humanos livres e com um estado forte o suficiente para proteger a propriedade privada criaria um ambiente de paz, liberdade e progresso, também esta ancorada na inovação que traz em sua formulação: a ideia de que um indivíduo livre produz mais e melhor do que um indivíduo não-livre (MISES, 1927).

O importante nesse tópico é indicar que a consciência da abstração teórica da liberdade e da propriedade privada nasceu tão logo nasceu a abstração teórica da igualdade, e que ambas remontam do início das organizações sociais da espécie humana (ROUSSEAU, 1754). São, portanto, as duas, inerentes da humanidade como a conhecemos e que, por mais que possam ser contraditórias em suas próprias definições ou uma frente a outra, são ambas válidas, reais e importantes, como novamente Bobbio (1994) salienta:

existem situações em que a liberdade (mas qual liberdade?) e a igualdade (mas qual igualdade?) são compatíveis e complementares na projeção da boa sociedade, e outras situações em que são incompatíveis e se excluem reciprocamente, e outras ainda em que é possível e recomendável uma equilibrada combinação de uma com a outra. (BOBBIO, 1994, p. 128)

## 2.4. Extremos e a escolha fatal

Como vimos, ambas os conceitos de liberdade e igualdade contém um problema de viabilidade prática de suas aplicações de forma absoluta em uma sociedade que se organiza de forma cooperativa. Há pessoas que naturalmente não possuirão liberdade completa e há desigualdades naturais e organizacionais necessárias para a própria cooperação (BOBBIO, 1994). Porém, se já não bastasse, liberdade e igualdade podem ser contraditórias entre si, onde o maior exercício de uma subjugaria a outra à um patamar menor de aplicação.

Há uma visão mais contemporânea sobre a liberdade, já abarcando o modo de vida capitalista atual. Bobbio (1994) descreve um aprofundamento da questão das liberdades quando diz:

é verdade que a igualdade acaba por limitar a liberdade do rico e do pobre, mas com a seguinte diferença: o rico perde uma liberdade usufruída efetivamente, o pobre perde uma liberdade potencial (BOBBIO, 1994, p. 130)

E aqui percebemos uma interação entre as duas abstrações: a igualdade de liberdades – quando se teria por objetivo que todos os indivíduos possuíssem o mesmo grau de liberdade – e a liberdade de igualdade – quando o objetivo seria que todos os indivíduos pudessem livremente escolher se igualar a algum outro indivíduo.

Essa problemática apresentada merece mais atenção. Obviamente que existe a possibilidade de uma escolha: “O que se prefere? Liberdade de igualdade ou igualdade de liberdades?” Essa escolha se mostra necessária, pois a aplicação geral de ambas ao mesmo tempo em uma sociedade organizada é inviável, por serem notoriamente contraditórias (BOBBIO, 1994). Trazendo a questão da renda (ricos e pobres), seria esperado que os ricos, que por suas preocupações privadas frequentes, e pela falta de (ou reduzida) vivência de privações, escolhessem a igualdade de liberdades, visando garantirem, portanto, a manutenção de suas liberdades efetivamente usufruídas pelo privilégio do alto volume de posses. Ao mesmo tempo os pobres escolheriam a liberdade de igualdade, visando a

possibilidade de se igualarem à indivíduos referenciais (muito provavelmente ricos) que criarem (SMITH, 1759). Mas não podemos considerar somente a renda como fator de decisão, a vida humana é muito mais complexa que isso.

Como um exemplo dado por Amartya Sen (1999) em seu livro “Desenvolvimento como liberdade”:

a desigualdade entre mulheres e homens afeta – e às vezes encerra prematuramente – a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino (SEN, 1999, p. 29-30).

Poderia se dizer aqui que as mulheres deveriam escolher mais liberdade de igualdades (em referência aos homens), e em consequência, os homens estariam mais voltados a escolher igualdade de liberdades, para se sentirem livres para serem e terem o que quiserem. Mas o que aconteceria com uma mulher rica ou um homem pobre? E se incluirmos outras características, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, doenças, deficiências, traumas? Está aí a multiplicidade de identificações com uma linha mais libertária ou mais igualitária que experienciamos no mundo.

É necessário pontuar que “os conceitos de liberdade e de igualdade não são simétricos. Enquanto a liberdade é um status da pessoa, a igualdade indica uma relação entre dois ou mais entes” (BOBBIO, 1994, p. 131). Outra forma de olhar: a liberdade como *status* da pessoa indica uma visão mais individual, pois considera o nível de liberdade de um único indivíduo. Já para a igualdade, sua análise é impossível se não for considerada em referência a outros indivíduos – “igual a quem?” – e portanto, indica uma visão mais coletiva (BOBBIO, 1994).

A definição de Direita e Esquerda pode ser realizada pelo maior valor que seus correligionários dão para liberdade ou para igualdade, respectivamente. A Direita consideraria a liberdade como um conceito de maior valor do que a igualdade, e a Esquerda o inverso. Pensando que liberdade têm um carácter individual e a igualdade um carácter coletivo, a Direita seria mais individualista, e a Esquerda mais coletivista (BOBBIO, 1994).

Como as próprias palavras “direita” e “esquerda” nos indicam, o esquema que propõem é de um espectro, uma linha de nuances diferenciadas onde, quanto mais à esquerda, mais aderente seria a identificação de um indivíduo com os conceitos coletivos e igualitários, enquanto quanto mais à direita, maior seria a identificação com conceitos individuais e liberais (BOBBIO, 1994). Ao visualizar esse espectro percebemos que podemos aprofundar nossa análise para identificar pontos específicos nessa linha, onde há os extremos, o centro e várias outras gradações.

E ainda poderíamos pontuar nessa linha imaginária de direita e esquerda o conceito político de democracia que, por definição, têm um objetivo mais coletivo e igualitário, em algum ponto mais à esquerda (SCHUMPETER, 1942). O totalitarismo, que poderia ser visto como um oposto à democracia, não necessariamente se encaixaria facilmente em um ponto da linha que estamos formulando, pois tem em sua forma de funcionamento um grave ataque às liberdades (e as vezes também às igualdades) da grande maioria da população (MILANOVIC, 2020). Aqui vemos uma das problemáticas nos pontos mais extremos do espectro.

Bobbio (1994) faz uma separação interessante em seu livro indicando quatro pontos no espectro que estamos estudando. Porém, a decisão desse número de pontos tem como objetivo somente a simplificação das classificações. Há um número enorme de pontos nesse espectro. Talvez esse formato linear nem seja a forma mais apurada de representação. Segundo Bobbio (1994, p. 134-5):

- a) Na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários (...);
- b) No centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, (...);
- c) No centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários (...);
- d) Na extrema-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente antiliberais e anti-igualitários (...).

De acordo com Bobbio (1994), o totalitarismo está nos extremos tanto da direita quanto da esquerda, por exemplo, com fascismo e nazismo na extrema-

direita, e a União Soviética e a China socialista na extrema-esquerda (BOBBIO, 1994). Porém, me permito a coragem de aprofundar um pouco mais a questão da extrema-direita: observando o anarquismo de mercado como teoria social válida (apesar de considerá-la inviável numa sociedade que se proponha ser minimamente segura e estável) poderia ela ser considerada como uma tese de absoluta liberdade, sem preocupação alguma com a igualdade (COELHO, 2019). Na classificação dada por Bobbio (1994) acima, o ponto que o anarquismo de mercado mais se encaixaria seria na centro-direita. Porém, pelo nível de radicalidade de sua abordagem frente a liberdade, o correto seria considerá-la também, e como numa segunda “perna”, na extrema-direita.

Voltando para o totalitarismo, podemos perceber que há um problema nos extremos, pois eles não possuem exclusivamente conceitos radicalmente antagônicos como se poderia esperar. Uma forma alternativa de visualização seria, então, pensarmos em uma linha em formato de ferradura ao invés de uma linha horizontal reta, onde os extremos estão mais próximos entre si do que estão próximos ao centro.

Proponho mais modo de visualização se excluíssemos do modelo as teorias consideradas ao extremo do espectro (totalitarismo, nazismo, fascismo, comunismo, anarcocapitalismo, e outros extremismos), e trabalhássemos somente com as teorias que respeitem algum nível de equilíbrio entre as liberdades e as igualdades para todos. Baseando-me na esperança de que atualmente não seria difícil ideologicamente a aceitação da maior parte da população de que ambas – igualdade e liberdade – têm um elevado nível de importância, independente de suas gradações. Se olhássemos somente para a parte “útil” desse espectro, considerando ainda todas as complexidades (descritas nesse capítulo) que envolvem as definições individuais de liberdade e de igualdade, e o quanto suas definições e suas aplicações influenciam uma à outra. Seria mesmo necessária uma “escolha” de lado? Ou seria possível uma aceitação de ambos os conceitos, mesmo que possam se mostrar contraditórios em teoria, visto que não deixam de ser fruto de uma abstração da mente humana, que por natureza é complexa e contraditória?

Por certo as definições teóricas de Direita e Esquerda passam pelas definições e pelo grau de importância que se dá para os conceitos de liberdade e igualdade. Vimos que existe um potencial contraditório, mas intimamente ligado entre esses conceitos. E se mostram abstratos por possuírem em suas próprias definições individuais problemática contraditórias (BOBBIO, 1994). Como vimos, e considerando a premissa de que essa defesa considera anteriormente a manutenção de uma sociedade organizada, produtiva, e minimamente estável, é intelectualmente complicado localizar um espaço viável para defesas unilaterais de liberdade ou de igualdade (MISES, 1927). Como defender uma liberdade absoluta sem definir liberdade para que, para quem, e quando? Essa própria necessidade de definição já invalidaria o absolutismo de sua defesa. E como defender uma igualdade absoluta sem definir igualdade em que, entre quem? Essa própria definição também minaria o tom absolutista da defesa. E a visão de que essas definições não seriam necessárias contém um engano prático: sua não definição geraria, por certo, as consequências contrárias do que é defendido, de ambos “os lados”.

E ainda, não há como defender uma liberdade absoluta sem considerar que essa própria defesa gera a possibilidade para que os indivíduos exerçam sua liberdade em se igualarem a outros indivíduos. Do mesmo modo, não há como defender uma igualdade absoluta sem considerar que essa mesma defesa gera a possibilidade para os indivíduos exercerem seu direito de igualdade, a utilizando para igualarem suas liberdades com a dos demais (BOBBIO, 1994).

Excluídas com isso, a viabilidade prática e teórica de defesas unilaterais, passamos para um modelo muito mais próximo da realidade. Consideramos, a partir de então, propostas teóricas que considerem que ambas, liberdade e igualdade, possuem um grau elevado de importância para uma sociedade organizada. Passamos a poder considerar esses modelos em gradações diferentes de “pesos” que dão em teoria e por consequência nas liberdades e igualdades da população. Mas ainda assim, nos limitando, primeiro, somente às questões desses dois “direitos inerentes do ser humano” (como descrito na grande maioria das constituições dos países modernos), abrimos um questionamento ainda sem resposta. Seria mesmo

necessário uma escolha individual entre uma e outra? Ou seria possível considerá-las de acordo com como as situações se apresentam?

O desenrolar das teorias econômicas de Direita e Esquerda que iremos observar no próximo capítulo poderá contribuir, caso seja possível, a responder essa pergunta.

### **3. ESCOLAS ECONÔMICAS E OS TERMOS DIREITA E EQUERDA**

A definição de direita e esquerda não se encerra em si mesma. Precisa, porém, de uma série de outros conceitos – e nesse capítulo focaremos nos econômicos – que geram a massa de sensações e valores abstratos comuns ou similares que esses conceitos têm (ou deveriam ter) entre si.

Existe uma íntima ligação entre os termos Direita e Esquerda com as teorias econômicas e sociais. Dentre elas, vamos destacar as que tenham uma ligação mais clara. Descreveremos a teoria e a formação das ideias do comunismo e socialismo, por sua íntima ligação com o conceito da Esquerda (HAYEK, 1988), também rapidamente sobre democracia, e seus impactos e ligações com ambos os termos (MILANOVIC, 2020), e com o capitalismo, que a princípio teria uma ligação apenas com a Direita (BOBBIO, 1997). Mas daremos especial atenção a esse último, visto o tamanho de sua importância na sociedade humana dos últimos séculos (ROSLING, 2018), e as próprias contradições de sua evolução e como hoje ele abarca dentro de si conceitos de Direita e Esquerda, nesse caso, chamadas de direita e esquerda capitalistas.

Essa divisão e compartimentalização dos conceitos da ciência econômica em apenas duas cestas, a da direita e a da esquerda, precisa também, por responsabilidade científica, da indicação de qual tempo e local está sendo usado como base, além dos valores e crenças de quem a descreveu. Com isso, me abstenho aqui, pelo foco do trabalho, da necessidade de descrever meus próprios valores e experiências pretéritas. Considere como neutra, apesar da ciência da impossibilidade de o ser.

### 3.1. Capitalismo, Socialismo, Comunismo

O comportamento humano é muito interessante, tão interessante que gera uma enormidade sem fim de estudos, filosofias, e de tentativas esperançosas de prevê-lo, apesar de fadadas ao fracasso eterno. Como exemplo desse espantoso e curioso comportamento humano está a clareza para muitos (e que compartilho) de que os principais opositores ao capitalismo foram quem o melhor descreveu, além de, provavelmente – e veremos mais para frente – quem melhor contribuiu para seu aperfeiçoamento (PIKETTY, 2013). Estamos aqui falando de Karl Marx e Friedrich Engels (1867). Não há como competir com sua descrição, em extração de seu livro “O Capital”:

A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas. (...) a propriedade privada assume também outro caráter.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. (...) Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção. (...) Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados, e por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, (...) essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital.

A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 1867, p. 830)

Não é nosso objetivo aqui aprofundar em todos os meandros das imensas possibilidades, já muito discutidas e magnanimamente concluídas por esses dois autores e vários outros sobre o capitalismo – que, quando percebida sua abrangência, sua velocidade de expansão, e suas consequências, pode ser considerado como o mais revolucionário da história (ROSLING, 2018). Nos cabe sublinhar os pontos que nos ajudam em nossa trajetória de definição econômica de direita e esquerda.

A escolha pela humanidade em passar a utilizar moeda como a mercadoria de intercâmbio universal – com todas as suas características de divisibilidade, escassez e fácil confirmação de veracidade – não é propriamente o que se define como capital. O dinheiro, como foi concebido, tinha o objetivo de ser somente o meio de troca, ou seja, o objetivo do dinheiro era somente o de facilitar o real desejo dos indivíduos: adquirir bens em troca por algum outro bem que já possuía. Porém, com o desenvolvimento e disseminação desse tipo de transação, passou-se a perceber que o próprio acúmulo de dinheiro trazia alguns bens intangíveis e muito poderosos: a diferenciação frente aos outros indivíduos, a maior liberdade de escolha e a segurança frente a um futuro incerto (SMITH, 1759). Não precisamos também nos aprofundar na evolução de todos os modelos econômicos anteriores ao capitalismo, vale entendermos que a moeda existia vários séculos antes do nascimento do capitalismo num formato, apesar de necessariamente físico, muito parecido com o que temos em uso hoje.

O capital passa a nascer quando o acúmulo deixar de ser somente um montante moedas, mas sim, de todo e qualquer recurso que o seu possuidor pudesse utilizar para gerar mais dinheiro. Ou seja, é a soma dos recursos monetários e dos bens que possuía para gerar renda que denominamos capital (SMITH, 1776).

Como consequência do objetivo humano em facilitar e viabilizar as trocas de mercadorias necessárias para seu sustento, absorvendo os benefícios de individualmente se especializar na produção de uma ou poucas mercadorias, criou-se a oportunidade de acumulação do capital e gerou, com isso, diversos desdobramentos, como por exemplo: o próprio modo exponencial de acumulação; a transformação do trabalho humano em mais uma mercadoria passível de ser vendida; a própria exploração do trabalhador “livre”; a experiência de muitas décadas da decadência absoluta e generalizada da qualidade de vida da gigantesca maioria da população que não possuía capital acumulado; a luta de classes entre trabalhadores (com razão) descontentes e os capitalistas (MARX, 1867); a apropriação do Estado como agente protetor do capital (SEN, 1999); as guerras militares e políticas (HOBBSAWM, 1994); e a própria germinação de uma crítica

ferrenha e feroz contra seu sistema, que teve como melhores proclamadores os próprios autores que citei no início desse capítulo e que propuseram, por consequência, uma nova forma de organização econômica e social que prometia resolver completamente todas as mazelas geradas pelo capitalismo: o socialismo e seu modelo de transição, o comunismo (MARX; ENGELS, 1848).

O capitalismo já era amplamente disseminado e estudado à época. Esses estudos, antes únicos em forma e aplicação, ficaram conhecidos e passaram a ser identificados como a “escola econômica clássica”, denominação essa que começa a acontecer quando passa a existir a necessidade de a diferenciar de outras teorias econômicas válidas que surgiram posteriormente. Como vimos no capítulo anterior, parte da definição de Direita está ligada à proteção do que já existe, ou seja, à manutenção da atual (considerando a época) organização social e econômica da sociedade. E como o capitalismo sob o regime clássico passa a ser criticado, bifurcam-se os estudos econômicos em duas linhas, a linha do capitalismo clássico, e sua crítica, as teorias comunistas e socialistas. Por defender, em síntese, uma maior liberdade para os agentes, não dando o mesmo valor à necessidade de igualdades (gritantes na época), o capitalismo clássico passa a constituir o que se entendia como Direita. E por defender, também em síntese, uma maior igualdade entre os agentes, não valorizando tanto as liberdades individuais, as teorias comunistas e socialistas passam a constituir o que se entendia como Esquerda. O entendimento nesse formato simples de Direita como capitalismo e Esquerda como socialismo precisa ser entendido a sua época, pois muito aconteceu desde que essa divisão foi gerada, e os acontecimentos econômicos mais aproximaram ambos os lados do que os distanciaram.

No famoso “Manifesto Comunista”, Marx e Engels (1848) dizem: “A sociedade divide-se em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia (capitalistas) e o proletariado (trabalhadores)” (MARX, ENGELS, 1848, p. 41). Aqui podemos perceber, novamente, mais um antagonismo que irá contribuir para nossa definição: de um lado estariam os interesses dos capitalistas, e que, por assimilação de ideias comuns e mais profundas, como o do interesse em garantir a maior liberdade na utilização de seus recursos (por exemplo,

a defesa da liberdade dos mercados) – mesmo que essa defesa não seja benéfica para a igualdade da maioria – podemos relacionar os capitalistas como do “lado da direita”, e os trabalhadores como do “lado da esquerda”. Esses trabalhadores teriam interesse em conquistar uma maior igualdade em relação aos próprios capitalistas (ANDERSON, 2005) – ainda mais quando pensamos na época em que todas essas discussões floresceram, uma época em que a desigualdade era gritante entre a qualidade de vida dos que possuíam e exploravam o capital e dos que possuíam somente sua força de trabalho como mercadoria útil para a troca pela sobrevivência (HOBSBAWM, 1994).

Há ainda que se aproveitar o pensamento sobre a propriedade privada que esses textos exploraram (MARX, ENGELS, 1848; MARX, 1867). A propriedade privada simples (adquirida por meio do trabalho individual) se difere substancialmente da propriedade privada capitalista (que é gerada com a exploração do trabalho de terceiros). Um trabalhador assim o é, pois, não possui, independente do motivo, acúmulo de capital, e de frente dessa situação que lhe mostra a capacidade extremamente reduzida que tem em gerar todos os recursos necessários para a sua sobrevivência e de sua família, apesar de formalmente livre, é “obrigado” a vender sua força de trabalho ao capitalista pelo preço que lhe for oferecido. A decisão de oferecer um valor que lhe permita a sobrevivência (e reprodução) cabe ao capitalista, que o faz exclusivamente para que permaneça possuindo a possibilidade de adquirir força de trabalho. E a exploração do trabalhador acontece justamente pelo fato de que o valor pago ao trabalhador é necessariamente menor do que a soma dos valores gerados pelo seu trabalho, calculando-se pela soma dos valores que o capitalista gera ao vender os produtos gerados pelo trabalhador, que resulta em um valor maior do que a soma dos salários pagos. Essa diferença é o que o capitalista gera, o fator multiplicador da acumulação de capital, e que traz ao capitalista cada vez mais poder de expansão e de exploração do trabalhador, inclusive em maior número. (MARX, 1867)

Esse pensamento é importante pois, mais uma vez, vemos uma similaridade se concretizando nas contraditórias defesas da direita e da esquerda, onde a defesa da existência e desenvolvimento da propriedade privada capitalista

é defendida pela direita, enquanto a esquerda, como personificação dos trabalhadores, defende uma melhora de suas condições de vida precárias, em muito geradas pela própria propriedade privada capitalista. Fica evidente que os trabalhadores (a esquerda, desse ponto de vista) nem teriam motivos para defender algo (como a propriedade privada) que já não possuem.

Por vivermos, nós, numa época tão a frente desses acontecimentos, recebemos o benefício de analisar essas teorias e ideias após um longo período de sua existência e que, ao longo de tantos anos, passou por diversas revisões teóricas e práticas.

Como dissemos, o comunismo e o socialismo foram concebidos como proposta à substituição do modelo econômico hegemônico – o capitalismo. Mas essa afirmação não está completa. Sua teoria está calcada na afirmação de que o capitalismo iria gerar, mais cedo ou mais tarde, todas as ferramentas necessárias para sua própria destruição. Segundo os fundadores dessa teoria (MARX; ENGELS, 1848), a desigualdade crescente – vivenciada especialmente no primeiro século do capitalismo – trazia consigo, e por consequência, uma insatisfação e uma iminente animosidade nas relações entre as classes dominantes capitalistas e as classes trabalhadoras exploradas. A acumulação do capital gerava ainda, e por sua vez, uma diminuição numérica da classe capitalista. Com isso, segundo os autores, a evolução e desenvolvimento do sistema capitalista traria uma situação insustentável para a continuidade do próprio capitalismo como regime econômico, como podemos confirmar no trecho do livro “O Capital” abaixo:

Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do

mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. (MARX, 1867, p. 832)

Marx (1867) indica com isso o processo derradeiro que levaria o capitalismo à uma implosão inevitável, e continua:

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa de miséria, opressão, servidão, degeneração, exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Arrebenta-se o entrave. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 1867, p. 832)

Percebe-se no trecho, além do mapeamento muito astuto do processo de acumulação de capital em que, expandindo-se incontrolavelmente (num tom profético) indica que o inimigo ao capitalismo é sua própria existência e sua força é, na verdade, sua maior fraqueza. Sua derrocada estava traçada e seria somente uma questão de tempo para que um novo regime necessariamente tomasse seu lugar. E com braços abertos todo o manual de procedimentos e escolhas já estaria formulado (por eles), cabendo somente a classe trabalhadora, agora no poder, executar tal como desenhado (MARX; ENGELS, 1848).

Em artigo escrito em 1937 por Leon Trótski em comemoração aos 90 anos da publicação do “Manifesto Comunista”, o autor começa a nos dar algumas sugestões sobre as falhas que considera nas previsões geradas pelos autores do manifesto: “Marx ensina que nenhuma ordem social deixa a cena antes de ter esgotado suas possibilidades criadoras.” (TRÓTSKI, 1937, apud MARX; ENGELS, 1848, p. 163). E continua:

O erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos decorria, de um lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da

maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista, como o Manifesto havia previsto, mas criou, para a Alemanha, a possibilidade de um formidável desenvolvimento. (TRÓTSKI, 1937, apud MARX; ENGELS, 1848, p. 164)

É perfeitamente racional e completamente aceitável considerar que um regime hegemônico e poderoso não perca seu lugar antes de “esgotar todas as possibilidades possíveis para se manter” (TRÓTSKI, 1937, apud MARX, ENGELS, 1848, p. 163). Podemos perceber isso inúmeras vezes na história. Mas será então que o capitalismo permanece vigente, mais poderoso e disseminado do que nunca (a ponto de percebermos hoje que romances e filmes são criados prevendo o fim da humanidade, mas não o fim do capitalismo), que o capitalismo resiste simplesmente por possuir um número enorme de possibilidades de aperfeiçoamento? Será que essas possibilidades são, de fato, finitas, e que elas, um dia, irão acabar? Ou será que o capitalismo atenda à um desejo intrínseco da psique humana e que, para que ele termine, alguma motivação natural do homem precisaria ser destruída de forma rápida, totalitária e genuína, como as ambições e desejos por conquista, diferenciação e poder?

Não tenho resposta para essas perguntas. O que tenho nesse momento é mais uma citação, agora de James Petras, escrita em 1997 sob o nome “O Manifesto Comunista: qual sua relevância hoje?”:

A falta de um sentido de consciência de classe diretamente relacionado aos produtores e não derivado do processo capitalista de produção, é decisivo para explicar as dificuldades que muitos marxistas têm para criar uma alternativa ao capitalismo. (PETRAS, 1997, apud MARX; ENGELS, 1848, p. 239)

### **3.2. A consolidação da Direita capitalista**

Muito antes das críticas formuladas contra o capitalismo, que vimos no tópico anterior, um outro importante autor já passava a criar teorias e respostas às revoluções que o novo sistema – o capitalismo que estava se formando – trazia para a experiência humana. Adam Smith teve dois livros publicados em vida: a “Teoria dos sentimentos morais” (1759) e “Uma investigação sobre a natureza e as causas

da riqueza das nações” (1776). Nesses livros Smith começa uma investigação das motivações humanas que tornavam possível tal revolução no sistema econômico já nessa época.

Como um dos principais autores da teoria clássica – e portanto, ao que seria mais tarde chamada também de Direita –, Adam Smith (1759) propõe uma ligação indissociável das moralidades humanas com o processo econômico que se encontra reproduzindo, pois a obtenção dos meios materiais para a sobrevivência (alimentos, moradia etc.) criam uma espécie de motivação subconsciente de aceitação da execução dessa reprodução do capitalismo. Pois, na hipótese de negá-la, os indivíduos não teriam outra consequência se não a da morte, e isso independente da posição social que o indivíduo poderia se encontrar. Ou seja, pobres e ricos necessitam seguir atuando na reprodução do sistema econômico capitalista para que, pelo menos, se mantenham como estão (SMITH, 1759).

Essa visão é importante para uma confirmação da definição que estamos observando: os ricos, para manter-se como estão, defendem exatamente isso, a manutenção do modo de funcionamento vigente. O defendem por saberem que esse modo vigente lhes garante benefícios que os demais (não ricos) não podem desfrutar. Nesse ponto pode-se associar a definição de Direita ao seu carácter tradicional, de manutenção (ou de não revolução).

Porém, podemos todos concordar que a simples manutenção de um *status quo* não é uma característica do capitalismo (MARX, 1867). Se esse modelo se define pela transformação do dinheiro (mero meio de pagamento utilizado para a troca de bens) em capital (dinheiro acumulado e empregado com o objetivo de gerar mais dinheiro), esse capital traz em si mesmo o motor de seu crescimento e desenvolvimento, e, portanto, os indivíduos da sociedade fazem mais do que apenas o necessário para se manterem como estão, pelo menos os indivíduos que acumulam riqueza (SMITH, 1759). E isso não entra em contradição com a definição anterior sobre a Direita como a defesa da manutenção do funcionamento vigente, pois a defesa é justamente pela manutenção de serem os ricos – os “de Direita” – os únicos a poderem se beneficiar com as transformações e revoluções que o capitalismo trazia para a sociedade.

Em sua primeira obra escrita, Adam Smith (1759) considera que o ser humano que acumula riqueza o faz por se deixar levar por uma tentação da vaidade, que seria perigosa. Esse perigo deriva da fonte de percepção que alimentaria essa vaidade. Um indivíduo que observe um outro que possua maior riqueza enxerga nele uma posição de conforto, segurança e felicidade, e ao analisar essa desigualdade, passa a desejar possuir o mesmo nível de riqueza do outro, para alcançar, na verdade, o mesmo grau de conforto e felicidade que o iludiu. Esse desejo acaba por gerar um nível de admiração dos mais pobres com os mais ricos, e como o que mais motivaria um homem seria a sua capacidade de se destacar frente aos demais, ao perceber a possibilidade de se destacar da mesma maneira como está vendo alguém se destacar, passa a pensar nas formas que lhe possibilitariam chegar nesse lugar de destaque, e no sistema capitalista, a forma disso acontecer é por meio da acumulação de riqueza (SMITH, 1759).

Ainda segundo a primeira obra do autor, a ambição de passar a ocupar um lugar de destaque – ou mesmo que fosse simplesmente para um lugar de maior conforto e felicidade, como acaba por concluir em sua segunda obra (SMITH, 1776) – é que proporciona a motivação necessária para a acumulação de riqueza. Mas o autor alerta que essa ambição não passaria de uma ilusão pois, na hipótese de um indivíduo com pouquíssimas posses começar a reservar parte de seu dinheiro – o que lhe traria com certeza uma provação maior do que já passa por ter uma renda muito baixa –, essa reserva, por tão pequena que seria possível, precisaria persistir por tanto tempo que no momento que essas reservas pudessem passar a lhe trazer resultados significativos de renda por si só, esse indivíduo já estaria idoso, cansado, e com tantas mazelas e doenças – advindas em parte e inclusive, do próprio tamanho esforço que empreendeu – nada mais teria como se beneficiar de suas posses acumuladas, percebendo aí que os benefícios que obteve não foram maiores do que o mal que precisou passar para obtê-los. O autor ainda acrescenta nessa obra que, mesmo a possibilidade de deixar para sua descendência uma condição de vida melhor do que viveu, não seria essa uma fonte para a felicidade genuína, pois esses filhos que, agora com posses e sem o entendimento de seu valor, passariam a gastá-la com futilidades para alimentar sua vaidade de destaque

frente aos demais. Porém, como conclui o autor: essa engrenagem, apesar de macabra e infeliz, faz “a roda da economia girar” (SMITH, 1759).

E o mais importante disso: fazer a economia girar seria benéfico para todos, pois significaria produzir mais meios de subsistência, mais empregos, e mais pessoas seriam beneficiadas (SMITH, 1759). É nessa mesma obra que o autor crava um dos termos mais importantes e famosos das ciências econômicas: [o rico] “levado por uma mão invisível, sem ter intenção, e sem o saber, promove o interesse da sociedade, e supre os meios para a multiplicação da espécie”. (SMITH, 1759, p.128) Podemos perceber aqui que, ao contrário do entendimento de boa maioria dos economistas, essa mão invisível não teria um carácter mágico ou divino, quase incontestável e completamente confiável por ser o próprio toque divino que, sabendo de tudo, e com tudo meticulosamente arquitetado, gerou essa motivação humana que, por consequência, beneficiaria a toda a sociedade. Existe uma (ou mais) explicação plenamente humana e racional onde o termo “mão invisível” não passa de uma abreviação de toda essa explicação das ambições e vaidades humanas (SMITH, 1759). Está na gênese da “mão invisível” o vício humano pela vaidade.

É porque o gênero humano é disposto a simpatizar mais inteiramente com nossa alegria do que com nosso pesar que desfilamos nossas riquezas e ocultamos nossa pobreza. Nada é tão mortificante quanto sermos obrigados a expor nossas mazelas às vistas do público e sentirmos que, embora nossa situação esteja aberta aos olhos de todo o gênero humano, nenhum mortal concebe por nós a metade do que sofreremos. Do mesmo modo, é principalmente pela atenção que dedicamos aos sentimentos do gênero humano que buscamos a riqueza e evitamos a pobreza. (SMITH, 1759, p. 32)

Percebemos aqui mais uma vez a importância da desigualdade para o acúmulo de riquezas, que leva ao progresso da sociedade. É a percepção da diferença entre um indivíduo e os demais – mais pobres em comparação aos mais ricos – que se estrutura boa parte, se não toda a motivação humana para buscar incessantemente uma evolução de sua acumulação. É na opinião alheia, que o julga como melhor ou como pior de acordo com suas posses – mesmo que possamos

considerar que essas poses representem também sinais de esforço e eficiência – que cada indivíduo se obriga a passar a maior parte de sua vida em busca de aumentar seus recursos econômicos disponíveis (SMITH, 1759). E aqui temos mais um ingrediente para nossa definição da Direita. Do ponto de vista econômico, a direita passa a considerar que a desigualdade é boa para o progresso econômico, que se utiliza da vaidade e ambição humana para gerar progresso e aumentar a quantidade e qualidade média dos recursos disponíveis para toda sociedade – ricos e pobres – por meio da acumulação de capital, e que para render, esse capital precisa ser investido na economia de forma a gerar riquezas para si mesmo e para todos os demais envolvidos por meio de empregos e juros.

Uma prova de que essa ideia passa a gerar uma divisão de posições está na mesma descrição realizada, mas com um tom diferente, e que já começa a clarear a antítese às defesas da direita capitalista escrita por Rousseau (1754):

(...) a ambição devoradora, o ardor de elevar sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para colocar-se acima dos outros, inspira a todos os homens uma negra tendência a prejudicarem-se mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para dar seu golpe com maior segurança, frequentemente usa a máscara da bondade; em uma palavra, há, de um lado, concorrência e rivalidade, de outro, oposição de interesses e, de ambos, o desejo oculto de alcançar lucros a expensas de outrem. Todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente. (ROUSSEAU, 1754, p. 84)

Iremos dar maior atenção as definições da esquerda capitalista mais adiante, vale aqui somente perceber que os estudos e ciências econômicas criadas para a descrição dos fundamentos que geram o comportamento humano e que, por sua vez, gera o progresso econômico num sistema capitalista começam a se bifurcar em duas posições, que ao longo do tempo, e do ponto de vista teórico, cada vez mais claramente, entre o espectro fruto de nosso estudo.

Voltando ao entendimento demonstrado por Smith (1759) em sua primeira obra, em uma primeira vista, pode-se pensar que esse autor não se importava com os males que a desigualdade causa. Uma análise mais aprofundada – inclusive de ambas as obras – mostra que essa percepção seria claramente um

erro. Smith (1759) considera, e diversas vezes enumera, os males que tanto a desigualdade quanto a pobreza causam em parte da sociedade. O que acontece é que ele mostra que os benefícios que esse motor gera são maiores que os malefícios, principalmente no longo prazo. E o argumento me parece aceitável.

Ora, há séculos (se não milênios) os seres humanos já experienciam uma desigualdade imensa (reis e súditos, imperadores e servos) (HARARI, 2011). Essa desigualdade esta posta, não é fruto da imaginação ou da arquitetura de poderosos. A desigualdade – pacificada como um mal na sociedade – consegue ser diminuída por um sistema que se utiliza dela mesmo para a destruir (na verdade diminuir). E para ajudar na percepção dessa diminuição é só considerar a quantidade de indivíduos da nobreza nas sociedades de impérios e monarquias comparada com a quantidade de indivíduos que possuem capital acumulado na sociedade capitalista atual – essa última claramente muito maior – além de perceber que na base da desigualdade – os mais pobres – elevaram os recursos disponíveis para a vida (mesmo que obviamente ainda insuficientes em um enorme número de casos), os pobres do sistema capitalista hoje possuem mais recursos do que os servos e escravos das sociedades anteriores (SEN, 1999). Um modelo econômico que consiga incentivar e desenvolver a diminuição dos males da desigualdade, na falta de outro modelo que pudesse realizar essa tarefa de forma mais eficiente e rápida, seria cruel e até talvez imoral considerar que, por não conseguir aniquilar a desigualdade social de forma radical, o modelo deveria ser punido de forma fatal.

Outro modo de perceber a genuína vontade do autor (SMITH, 1759) pelo bem-estar geral da sociedade (e não somente a manutenção do poder dos ricos) está em sua extensa consideração de como o objetivo da acumulação crescente realizada por ricos e – por vezes meramente desejada – por pobres leva a inevitável infelicidade de ambos. O fato de ambos ambicionarem somente a vaidade e não a tranquilidade e o prazer – que segundo o autor seriam os ingredientes fundamentais da felicidade – faz com que busquem no reconhecimento alheio uma felicidade que nunca encontrarão, pois sempre haverá alguém com maior admiração dos demais a direcionar seus esforços de se igualar. Faz ele, inclusive, toda uma dissertação sobre “o filho do homem pobre, a quem os céus em fúria tocaram com a ambição,

quando começa a observar seu entorno, admira a condição dos ricos” (SMITH, 1759, p. 125), para concluir que esse indivíduo, por maior exceção que seja, mesmo assim irá sofrer a infelicidade de perceber que seu esforço por diferenciação não lhe trouxe a felicidade que conseguiria se conseguisse buscá-la independente da observação alheia (SMITH, 1759).

Há que se pontuar que o autor (SMITH, 1759) não considera, em sua primeira obra, que todos os indivíduos da sociedade capitalista sofram com uma infelicidade extrema e incontrolável, essa estaria reservada aos acumuladores extremos e aos pobres ambiciosos. Os demais – que pertencem a camada entre esses dois extremos – possuiriam a capacidade de desenvolver certo grau de felicidade, devido a condição natural à felicidade que o ser humano possuiria.

Com isso, se mostra frágil a percepção que as vezes se faz sobre a Direita como somente interessada com a manutenção do poder dos ricos, em detrimento do deterioramento das condições de vida dos mais pobres. A germinação da teoria clássica – e que por consequência também é o cerne do conceito de Direita – já indica que, por mais que exista uma aparência superficial, ou mesmo que de fato aconteça um aumento da desigualdade entre os ricos e os pobres, é por meio desse sistema que a sociedade como um todo – ricos e pobres – são beneficiados para, gradualmente ambos aumentarem seu padrão de vida. E com a percepção demonstrada pelo autor de que uma busca exagerada por acumulação trás infelicidade a quem a prática, acaba por demonstrar que o carácter social também teve uma grande importância na concepção de sua tese (SMITH, 1759).

Essa concepção de que a motivação humana para acumular riquezas esta diretamente vinculada a vaidade, na busca pela melhor percepção dos demais a si mesmo se desenvolve na segunda obra do autor, publicada dezessete anos mais tarde. Em “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” (SMITH, 1776) o autor passa a considerar, conscientemente, que essa motivação seria mais abrangente: “o desejo de melhorar nossa condição”, seja ela por meio da vaidade ou da subsistência. Esse desejo, segundo o autor (SMITH, 1776), estaria indissociavelmente ligado à vida econômica do indivíduo, e seria o

fruto do esforço na conquista da parcimônia necessária à poupança que gera a acumulação do capital, em que a consequência é o progresso econômico da sociedade. Mas essa mudança é importante ao indicar que, nessa lógica, os que embarcassem na jornada pela acumulação de capital (seja o acumulador extremo, seja o pobre ambicioso) não passariam mais por uma infelicidade definitiva e certa, mas passariam a experimentar pequenas felicidades ao longo do caminho em cada momento que conseguissem perceber gradativamente uma melhora, mesmo que pequena, em sua condição de vida.

Com respeito ao esbanjamento, o princípio que impulsiona ao gasto é a paixão pelo gozo presente; o qual, embora por vezes violento e quase irrefreável, em geral é apenas momentâneo e ocasional. Mas o princípio que leva a poupar é o desejo de melhorar nossa própria condição, desejo esse que, embora calmo e desapassionado, acompanha-nos desde o ventre materno, e não nos abandona até que cheguemos ao túmulo. Em todo o intervalo entre esses dois momentos, dificilmente se encontra um único instante em que qualquer homem esteja tão perfeita e completamente satisfeito com sua situação, que não deseje nenhuma mudança ou aprimoramento, seja qual for. Um aumento da fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens se propõe e deseja melhorar sua condição. Trata-se do meio mais comum e mais óbvio. E a maneira mais provável de aumentarem sua fortuna é a poupança ou acumulação de uma parte do que obtém, seja regularmente ou anualmente, ou ainda em ocasiões extraordinárias. (SMITH, 1776, Vol. 1, p. 365)

Independente se a motivação desse autor específico com a mudança da consideração da religião vigente quanto a aceitabilidade da acumulação de capital, a ligação do conceito de direita com o conservadorismo talvez possa nascer dessa clara conexão. As religiões sempre trouxeram um ar tradicional aos seus dogmas, e sempre lutaram pela manutenção da sociedade como estiver, por observarem nessa manutenção a segurança necessária para a própria consolidação e permanência do poder de influência que a religião impele sobre a sociedade. Ao se desenhar uma ligação estreita dos estudos econômicos clássicos com a aceitação da religião (WEBER, 1905), cria-se também uma ligação entre a tradição religiosa e a teoria clássica econômica, ambas constituintes da cesta de ingredientes que compõe o que chamamos de Direita.

### **3.3. A esquerda socialista, e o surgimento da esquerda capitalista**

O capitalismo, como sabemos, passou a se tornar forte e difundido por todas as economias do planeta (MILANOVIC, 2020), e sua defesa passou a ser considerada como a defesa da continuidade do modelo presente que, como vimos, mantinha uma concentração de capital nas mãos de poucos, em detrimento da exploração do trabalho de muitos. Essa defesa se encaixa perfeitamente na definição do termo direita que estamos estudando, ao lutar pela conservação do modelo vigente, a conservação do poder econômico e da desigualdade de classes e a conservação da liberdade nos negócios (ANDERSON, 2005).

Como vimos, de um modo simplório, a teoria que propôs uma luta, ou pelo menos profetizou o fim do capitalismo, antagônico como se mostrou, o socialismo passou a ser considerado como de esquerda, e suas defesas de igualdade de recursos entre todos por meio de uma revolução acabam por caracterizar o conceito de esquerda que apreciamos até hoje, mesmo contendo diversas revisões após isso (ANDERSON, 2005).

Esse modelo de esquerda não ficou somente na teoria. Houve diversas tentativas de lhe aplicar na prática, como na URSS, China, países do leste europeu e Cuba (MILANOVIC, 2020). Porém, precisamos já nos atentar numa falha teórica de início nessas tentativas. Apesar de todas terem sido consideradas revoluções socialistas, elas não aconteceram por meio de uma revolta disseminada por toda a população de forma voluntária, mas sim por determinados grupos políticos que viam no modelo socialista a salvação para as mazelas que consideravam terem sido geradas pelo capitalismo nos períodos anteriores, e se aproveitaram de momentos de quebra da política institucional local para “revolucionar em nome do povo” (PIKETTY, 2013) e aplicar o novo modelo econômico, baseada (em partes) na teoria criada por Marx e Engels (1848).

Ao se estudar como essas experiências socialistas aconteceram percebemos que sua aplicação prática gerou a necessidade de diversas revisões teóricas, as vezes muito profundas, de forma a manter o funcionamento do modelo, mesmo que em vários momentos esse funcionamento não fosse suficiente em comparação às economias liberais do lado capitalista do mundo (PIKETTY, 2013).

Como a aplicação desse modelo não se deu por meio de uma massiva revolução uníssona da população desses países (PIKETTY, 2013) – que deveria conhecer e desejar profundamente o modelo socialista em contraposição ao modelo capitalista, como previam os fundadores da teoria (MARX; ENGELS, 1848) – os novos líderes desses países na época da revolução e até o seu declínio precisaram lançar mão de ferramentas duras e cruéis, obrigando que a população passasse a se comportar (e as vezes até a pensar) de forma a dar validade e viabilidade para a continuação do projeto socialista. Líderes venerados como profetas e exclusão de opositoristas de forma fatal foram algumas dessas ferramentas (MILANOVIC, 2020). Mas a que nos é mais útil para esse estudo é a enorme burocratização que as economias socialistas precisaram implantar para conseguirem fiscalizar e extrair da população a produção de bens de consumo sem o incentivo monetário que o capitalismo se beneficia em possuir. Essa burocratização gerou corrupção, perpetuação no poder, viabilizou a continuidade do modelo político ditatorial, e ainda assim gerou resultados insuficientes no aumento do acesso ao consumo de sua população, frente aos avanços que os países capitalistas vizinhos conquistavam (HOBSBAWM, 1994).

Na época do entre guerras, apesar das enormes dificuldades, os modelos socialistas permaneceram funcionando, enquanto os países capitalistas, por meio da aplicação disseminada das democracias liberais, e por conta da necessidade de reconstrução após a destruição causada pela primeira guerra mundial, experienciou um período inicial de grande crescimento, e depois um período de depressão profunda e duradoura com o *crash* das bolsas de valores em 1929 (HOBSBAWM, 1994). No primeiro momento, e enquanto as coisas andavam bem nos dois lados, a contradição entre países capitalistas e socialistas, ou seja, entre direita e esquerda, estava muito bem definida e delimitada.

Porém, com a crise instaurada nas economias capitalistas na década de 30, e com as dificuldades nas economias socialistas se mantendo e se agravando nas décadas seguintes (MILANOVIC, 2020), essa linha de separação começou a embaçar, e estudiosos e economistas começaram a desenvolver teorias que

começaram a relativizar gradativamente essa divisão. Com a segunda guerra mundial, esse processo somente se agravou e acelerou.

Houve, então, o nascimento de um movimento intermediário, um modelo econômico proposto que conservava o modelo capitalista de produção, mas incluindo um viés social aguçado, e passando a defender a obrigatoriedade de utilização da democracia como modelo político, de forma a garantir a estabilidade do modelo capitalista (MILANOVIC, 2020). A social-democracia germinada na Europa, continha a tentativa de aplicar no capitalismo conceitos socialistas de distribuição de renda (ou seja, maior igualdade de renda), o acesso a serviços básicos pela população (ou seja, maior igualdade nas condições de vida) como responsabilidade do Estado - que era uma resposta à população dos países capitalistas que viam no modelo socialista um modelo que prevê a igualdade e a garantia de direitos básicos – crescimento econômico no modelo capitalista, e regulação do mercado pelo Estado – como solução para as causas que geraram a crise da década de 30 – de forma a tentar garantir que uma nova crise não aconteceria, ou ao menos, aconteceria de forma mais branda (ANDERSON, 2005).

Em 1936 é publicado o livro “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, de John Maynard Keynes. Nesse livro clássico da ciência econômica, Keynes (1936) propõe uma visão complementar do funcionamento do capitalismo, indicando que o modelo clássico do *laissez faire* continha algumas premissas que raramente se viam no funcionamento normal da economia, como por exemplo, a premissa dos mercados em concorrência perfeita (KEYNES, 1936).

Esse modelo econômico encaixava perfeitamente com a necessidade da social-democracia em aumentar a participação do Estado na economia, trazendo benefícios sociais à sua população e sendo um agente ativo no desenvolvimento e crescimento econômico (ANDERSON, 2005). Keynes diz:

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. (...) parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. (...) uma socialização algo ampla dos investimentos será o único

meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. (...) não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade. (KEYNES, 1936, p. 256)

Com esse livro, Keynes (1936) lançou uma teoria do modelo capitalista que permitia ao Estado influenciar diretamente no rumo das nações, de forma estruturada e conceitualmente organizada. Ainda mais, dava a permissão para os Estados aumentarem as demandas de produtos e serviços ao assumirem responsabilidades sociais tão escassas e desejadas pelas populações que já experienciavam uma grande desigualdade que se agravou no período até 1945.

Essa teoria foi aplicada em larga escala em boa parte do mundo ocidental capitalista, e o período de 1950 até 1970 ficou conhecido como a “Época de Ouro” do capitalismo, com as maiores economias do mundo experimentando crescimento econômico a taxas de dois dígitos por vários anos seguidos, e num formato onde o poder de consumo da população aumentou de forma a gerar um mercado interno que passava a ser de vital importância para o funcionamento das próprias economias, diminuindo a importância da motivação anterior (por vezes bélica) em permanecerem com sua balança de pagamentos sempre positiva (HOBBSAWM, 1994).

Somando-se esse crescimento e distribuição de renda nos países capitalistas com a derrocada das economias socialistas, que foram pouco a pouco voltando a absorver o formato capitalista de funcionar (MILANOVIC, 2020), a teoria keynesiana, a social-democracia e o estado de bem-estar social passaram a se consolidar como a definição da esquerda capitalista. A partir de então, diversas revisões que, as vezes aproximavam e agrupavam, as vezes criticavam e afastavam as ideias clássicas e neoclássicas (Direita) das ideias keynesianas (Esquerda

capitalista). Num primeiro momento, houve um esforço para consolidar ambas as teorias novamente em uma só, com a síntese neoclássica (SAMUELSON, 1948), tentando consolidar um ponto central no espectro. Depois houve um movimento de afastamento, com a nova economia clássica, ou também chamada de escola das expectativas racionais (LUCAS, 1976), que negava vários preceitos estabelecidos pelas teorias keynesianas, e por consequência, também as teorias da síntese neoclássica, se movimentando à direita delas, e consolidando as teorias com influência keynesiana à esquerda. Essa última, que por sua vez também foi revisada, sob o nome de novos keynesianos, passa a abarcar agora desenvolvimentos gerados pelas críticas que se tornaram possíveis em relação aos novos clássicos.

Não iremos aprofundar em cada uma das revisões e críticas que as escolas econômicas de direita e de esquerda fizeram ao longo do século passado. Basta-nos entender que, ao acompanhar essas revisões, apesar de absolutamente válidas e importantes para o desenvolvimento da ciência, passam a se preocupar (e divergir) sobre partes cada vez menores, comparando-se essas divergências ao todo da teoria que explica o funcionamento das economias. Quando antes existia uma divergência sobre o valor fundamental de algo tão abrangente como liberdade e capitalismo (Direita) de um lado, e igualdade e socialismo (Esquerda) de outro lado, no final do último século as divergências passaram a ser sobre, por exemplo, com qual o nível de influência da racionalidade na decisão dos indivíduos (LUCAS, 1976), ou se a economia caminha rapidamente (novos clássicos, direita) ou mais lentamente (novos keynesianos, esquerda) para um estágio de equilíbrio de pleno emprego. Ou seja, se no início da divisão do espectro econômico a separação era de modelo econômico completo – capitalismo versus socialismo – agora a maior parte da definição dos modelos econômicos vigentes é pacificada, e as divergências se direcionam à forma e velocidade de impacto de estratégias econômicas numa sociedade capitalista (BLANCHARD, 1997).

### **3.4. Identificação pessoal ou ferramentas econômicas**

Com isso, do ponto de vista econômico contemporâneo, a esquerda capitalista ficou consolidada pelas teorias keynesianas (e depois neokeynesianas e

várias outras vertentes) e a direita consolidou-se em alinhamento às teorias clássicas, neoclássicas, novo clássicas e liberais. Como observa Samuelson (1955):

Em anos recentes, 90% dos economistas norte-americanos deixaram de ser 'economistas keynesianos' ou 'economistas antikeynesianos'. Em vez disso, trabalharam na direção de uma síntese do que tem valor tanto na economia mais antiga quanto nas teorias modernas de determinação da renda. O resultado pode ser chamado de economia neoclássica e é aceito, em linhas gerais, por todos os autores, excetuando-se uns 5% de escritores de extrema esquerda ou de extrema direita. (BLANCHARD, 2007, p. 546)

Para contribuir um pouco mais com o entendimento de como as definições de direita e esquerda passaram a se misturar já na metade do século XX, e só vieram cada vez mais aceitando uma as ideias da outra, Preve (1990) observa que:

o capitalismo de hoje é perfeitamente reconhecível à luz das categorias marxianas, ainda que seja mais forte do que era há cem anos, ao passo que o comunismo real não é igualmente reconhecível em termos marxianos. O que equivale a dizer que o desenvolvimento das sociedades capitalistas confirmou no substancial a análise e a crítica feitas por Marx, ao passo que o modo como o comunismo foi aplicado na prática, ou, para melhor dizer, o modo como se deu a transição ao socialismo no único país em que ela foi tentada, acabou por contradizê-lo. (BOBBIO, 1997, p. 289)

Com isso, Preve (1990) indica a visão de que, possivelmente, o modelo econômico que na prática mais chegou perto dos objetivos desenvolvidos pela teoria de Marx (1867), por exemplo, a socialização dos meios de produção, a melhora de taxas de igualdade entre a população, tenha sido o próprio modelo econômico que ele criticava. E continua:

o socialismo é antes de tudo a democracia (...). A democracia não pode ser definida senão como socialização alternativa das forças produtivas. (...) Não há nenhuma democracia se os comunistas não são capazes também de vencer em eleições livres. (BOBBIO, 1997, p. 289).

Ele inclui ainda, como vemos, a democracia como um conceito que estaria intimamente ligado ao conceito desenvolvido por Marx e Engels (1848). Se o objetivo dessa teoria é a socialização – distribuição – absoluta do poder, por meio da distribuição igualmente dos meios de produção, a modelo democrático seria fundamental, ainda mais para viabilizar a aplicação do que previa como uma revolução realizada pelo povo. E termina indicando com clareza, se o comunismo não gerou interesse suficiente na população (não vencendo eleições), não seria ele a caracterização, no final, do que se desejava conceitualmente nas teorias marxistas (PREVE, 1990).

Como já exposto acima, nunca foi exatamente pacífico o alcance dessas conclusões, e a aceitação de ambos os lados de pontos de vista diferentes. Defensores das teorias clássicas, liberais, marxistas e keynesianas, seja hoje, seja no passado, sempre precisaram experienciar resultados práticos da utilização de suas teorias, revisadas ou não, ao longo de muito tempo, e por vezes, após trocas inteiras de gerações de cientistas econômicos, para aceitarem revisões em suas “crenças” teóricas com a inclusão em seus modelos de argumentos das classes divergentes.

Essa luta entre teorias econômicas sempre foi saudável para o desenvolvimento da ciência, e foi fruto dela que os modelos econômicos, sejam eles quais forem – e de que lado estiveram -, foram aperfeiçoados, validados ou descartados. Mas vale ressaltar que o mais comum sempre foi uma revisão, por exemplo, de um modelo clássico incluindo uma visão keynesiana, como o próprio Keynes (1936) diz em seu livro, ou como revisões do modelo neoclássico incluindo revisões marxistas, como a aceitação de que um movimento por meio da intervenção do Estado pode ter implicações positivas para a economia, em determinado tempo, local e situação (SMITH, 1776).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos concluir o que o próprio significado das palavras direita e esquerda fora dos estudos econômicos sugere: não há direita sem esquerda. Não há como considerar que algo está à direita sem aceitar a existência de algo à esquerda. Em termos econômicos, a validação das

teorias econômicas de direita passa pela validação das teorias econômicas de esquerda (e vice-versa), seja pela contribuição histórica que uma se beneficiou pela contraposição realizada pela outra, seja pela aceitação (e isso mais recentemente) de que a aplicação de uma ou de outra se mostra viável, ou mais recomendável dependendo de como uma situação se impõe.

Uma ótima defesa sobre a aceitação atual de que o próprio socialismo, no final das contas, contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo liberal democrático ocidental é o exemplo dado na citação do livro “Capitalismo sem rivais” de Branko Milanovic (2020): “Em vez de suceder o capitalismo depois de crises e guerras, como se supunha que aconteceria, o socialismo, ao contrário, acabou por pavimentar o caminho para o desenvolvimento do capitalismo no Terceiro Mundo.” (MILANOVIC, 2019, p. 291-2)

E explica:

(...) os movimentos de esquerda e comunistas no Terceiro Mundo poderiam, legitimamente, combinar a revolução social com a libertação nacional em uma única direção, vendo-a, como já afirmei, como o fator-chave que lhes possibilitaria assumir o poder. A peça que a história pregou, porém, foi não lhes ter “mostrado” que, mais do que germinar uma sociedade sem classes comunista e internacionalista – como acreditavam estar fazendo –, eles estavam, na verdade, como que “levados por uma mão invisível”, estabelecendo as bases para a ascensão do capitalismo nacional em seus países. (MILANOVIC, 2019, p. 294-5)

Chega ainda a propor uma espécie de finalização das tentativas de aplicação prática das teorias comunistas, por considerar que já cumpriram seu papel na história, como segue:

A primeira coisa a constatar é que não existe um sistema que seja sucessor óbvio do capitalismo. Minhas colocações sobre o verdadeiro papel desempenhado pelo comunismo deixam claro que esse papel já foi cumprido. O comunismo cumpriu sua função, e é improvável que venha a ter algum papel no futuro da história humana. Não é um sistema do futuro, mas um sistema do passado. (MILANOVIC, 2019, p. 296)

Considerando, portanto, que os grupos de teorias econômicas de direita e esquerda são interdependentes, e que um deles (a de esquerda) perdeu a aplicabilidade de sua principal e tradicional teoria – a teoria marxista (PIKETTY, 2013) – tem-se como claro que devemos considerar, portanto, as teorias econômicas keynesianas e suas complementares social-democracia e estado de bem-estar social, sem esquecer de suas revisionistas recentes, os novos keynesianos, como teorias econômicas de esquerda, e em contraposição do espectro, as teorias neoclássicas, novo clássicas e liberais como de direita.

Com a derrocada teórica (por meio da derrocada da aplicação prática) das teorias marxistas (PIKETTY, 2013), a definição dos estudos econômicos passou por uma alteração fundamental e decisiva em sua própria definição. A economia passa a não ser mais meramente uma ciência que estuda as trocas de mercadorias e serviços escassos frente a uma demanda infinita. A economia passar a ter um carácter e uma responsabilidade social, e a ciência econômica passa a precisar realizar estudos e teorias que expliquem essas novas pautas. Não há mais como dissociar os estudos econômicos de seus impactos sociais (SEN, 1999). É certo de que isso está fortemente ligado com a aceitação de que a aplicação de um capitalismo saudável, sustentável e potencialmente crescente (por meio do livre mercado onde ele é bom, uma defesa de direita) está intimamente ligado à necessidade de estar, este capitalismo, também intimamente ligado com uma estrutura política democrática que permita a validação populacional (uma aplicação socialista da disponibilização do poder, portanto uma defesa de esquerda) e a própria ligação íntima dos desejos das pessoas em consonância com os objetivos do modelo capitalista. E esse formato democrático traz em si uma necessidade constante de atendimento dos anseios de melhoria de vida da população, o que nos traz esse novo carácter social da economia. Seja como meio ou como fim, o objetivo do atendimento social como viabilizador de um crescimento econômico é benéfico para a sociedade como um todo, e deve ser defendido.

Ou seja, seja pela defesa de uma melhoria da igualdade econômica e social de todas as pessoas, o que passa por aceitar que o sistema capitalista liberal foi o único modelo econômico criado e praticado até hoje que permitiu de forma

geral e global, uma diminuição gradual e crescente das desigualdades entre os povos, com melhorias em situações básicas de vida e sobrevivência nunca antes experienciada pela humanidade em modelos econômicos anteriores ao capitalismo (apesar as vezes utilizado como ferramenta de aumento de desigualdades pontuais em tempo e local), ou seja pela defesa de uma melhoria da liberdade econômica e social, o que passa pela aceitação de que liberdades econômicas e sociais são por vezes limitadas pela falta de desenvolvimentos sociais que permitam o acesso à essas liberdades (SEN, 1999), a defesa das teorias econômicas capitalistas de direita passa pela defesa e manutenção das teorias econômicas capitalistas de esquerda.

Mais uma boa indicação de como esses termos são interligados, interdependentes, e igualmente aceitáveis pode ser encontrada na obra de Amartya Sen (1999, p. 150):

Os preconceitos de hoje (em favor do mecanismo de mercado puro) decerto precisam ser cuidadosamente investigados e, a meu ver, parcialmente rejeitados. Devemos, porém, evitar ressuscitar os desatinos de ontem, a recusa em ver os méritos dos mercados – até mesmo a inescapável necessidade deles. Temos de estudar a fundo e decidir quais partes têm sentido em cada perspectiva. O desenvolvimento de mercados livres em geral e da livre procura de emprego em particular é um fato valorizado em estudos históricos. Até mesmo o grande crítico do capitalismo, Karl Marx, viu a emergência da liberdade de emprego como um progresso importantíssimo.

E se Marx (1867) entendia e defendia “a liberdade de emprego como um progresso importantíssimo”, Adam Smith (1776) também defendeu algo que, para vistas leigas e superficiais, poderia ser considerado como contraditória à suas próprias defesas fundamentais de liberdade dos mercados, como bem pontuou Sen (1999) ao realçar a importância que Smith (1776) deu a necessidade de o Estado intervir na economia com o objetivo de limitar um aumento exagerado nas taxas de juros que poderiam ser cobradas:

O que ele (Smith) está considerando é a possibilidade de perda social na busca do ganho privado, cuja motivação é restrita. É o

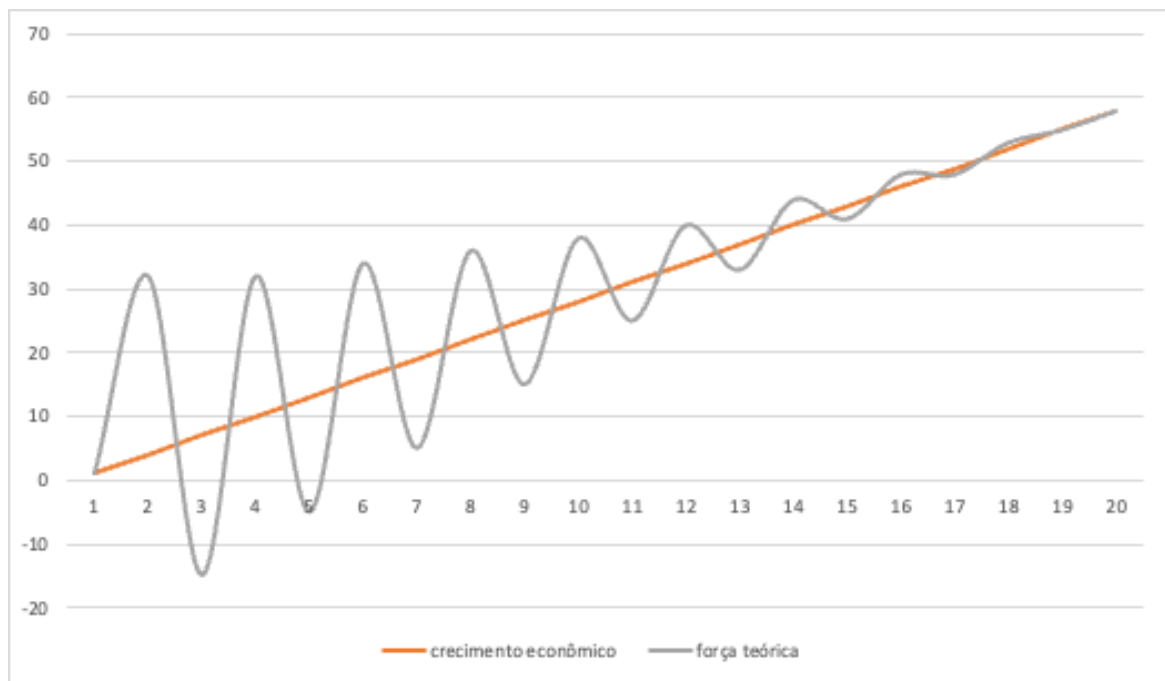
caso oposto ao do célebre comentário de Smith: 'Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, e sim da atenção que dá cada qual ao seu próprio interesse. Apelamos não à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio'. Se o exemplo do açougueiro, cervejeiro e padeiro nos leva a atentar para o papel mutuamente benéfico do autointeresse, o argumento dos perdulários e empresários imprudentes (restrição que Smith defende quanto a liberdade na cobrança de qualquer taxa de juros) mostra a possibilidade de que, em certas circunstâncias, as motivações do lucro privado podem realmente ser contrárias aos interesses sociais. É essa preocupação geral que permanece relevante hoje (e não apenas o exemplo específico dos perdulários e empresários imprudentes). Esse é, em grande medida, o principal receio quando se considera a perda social envolvida, por exemplo, nas produções privadas que acarretam desperdício ou poluição do meio ambiente e que se ajustam bem à descrição feita por Smith da possibilidade de 'alguma diminuição no que, de outro modo, teriam sido os fundos produtivos da sociedade'. (SEN, 1999, p. 167-8)

O que Sen (1999) realça aqui é a capacidade de Smith (1776) em aceitar que uma intervenção governamental possa ser não só necessária, mas sugerida e defendida em razão da manutenção da evolução do interesse social, da mesma forma que realçou a capacidade de Marx (1867) em aceitar que algumas liberdades para o mercado, como a liberdade do mercado de trabalho também é, não só necessária, como sugerida e defendida.

Ora, se os próprios "pais" das teorias econômicas de esquerda e direita (não obviamente os únicos), que viveram em épocas bem anteriores à nossa (com um número extremamente menor de complexidades), já consideravam exceções às suas próprias teorias, em aceitação pontual de ferramentas criadas e defendidas pelas teorias "opostas" (SEN, 1999), qual a defesa que se pode fazer com o intuito de defender somente uma classe de teorias econômicas como única viável e aplicável em todas as situações sem exceção? Seria essa defesa benéfica? Por certo que as disputas teóricas contribuem para a evolução da economia, mas deveria essa disputa transbordar para o restante da sociedade, como se a teoria econômica fosse fruto e crenças e identificações pessoais, e não uma ciência profunda e complexa que não permite simplismos rasos, sabendo ainda que já há muito tempo, mesmos as disputas teóricas passaram a se debruçar sobre pontos

menores e que grande parte da teoria econômica (pelo menos no funcionamento do capitalismo) esta pacificada?

De maneira descompromissada com uma interpretação fina, se colocássemos num gráfico o desenvolvimento do sistema capitalista numa reta ascendente em razão do tempo e do aumento da melhoria das igualdades e liberdades humanas, e incluíssemos uma outra linha indicando o impacto das teorias econômicas nesse mesmo desenvolvimento capitalista, veríamos uma curva sinuosa sobre a linha do crescimento. Quando acima, poderia representar as teorias econômicas de direita, puxando para cima o crescimento econômico por meio das técnicas de livre mercado, e quando abaixo, poderia representar as teorias econômicas de esquerda, vinculando o crescimento de forma a incluir nele um número maior de pessoas, o que acaba também por influenciar positivamente no desenvolvimento do sistema capitalista.



O que se observaria é que, ao longo do tempo, ambas as teorias contribuem e passam a convergir para um crescimento econômico e social, e seus movimentos e evoluções (naturais em qualquer ciência humana) faz com que se aproximassem cada vez mais, uma aceitando os benefícios gerados pela aplicação da outra, e criando revisões sobre essas aplicações, com o objetivo de diminuir seus defeitos em razão dos objetivos, hora em razão da liberdade, hora em razão da

igualdade, numa dança cada vez mais pacífica e convergente. E a parte do final do gráfico, onde quase não há diferenciação clara entre o que está sendo contribuído pelas teorias econômicas de direita ou de esquerda não é mera suposição. Há tantas partes das teorias econômicas neoclássica, liberal e keynesiana (e até marxistas) pacificadas na ciência econômica que boa parte da aplicação prática na economia contemporânea – como por exemplo na macroeconometria - não obedece mais a fronteiras delimitadas entre direita e esquerda.

#### **4. CONCLUSÃO**

Com o objetivo de identificar uma definição que considerasse os termos e a história da ciência econômica para os termos direita e esquerda, aprofundamos nossos conhecimentos sobre o que alguns textos clássicos definem sobre diversos outros conceitos que são considerados para que se consiga montar essas definições.

Tidos como o cerne da diferenciação do espectro, os conceitos de igualdade e liberdade foram os primeiros que analisamos. O ser humano passou a absorver os conceitos de liberdade e de igualdade nos primórdios da organização social, e percebemos que a igualdade, como conceito abstrato e relativo, foi criada na esteira das diferenciações que passaram a acontecer entre os indivíduos humanos ao passarem a diferenciar as tarefas, quando estes começaram a permanecer em um só local, fruto da nova habilidade da agricultura que desenvolveram.

Paralelo ao nascimento do conceito de igualdade, com o início dos acampamentos e demarcação de territórios fixos, necessários para a manutenção dos frutos de seus trabalhos agrícolas, essa demarcação passou a gerar a divisão da terra, e portanto, a propriedade privada passa a ser demarcada. Junto com ela, e por consequência dela, o conceito de liberdade também nasce no entendimento da mente humana, que se via agora com uma liberdade limitada, necessária para que a organização dessa nova sociedade funcionasse.

Ambos os termos geram contradições internas. A definição de igualdade, em si, não é um problema. É na tentativa de sua aplicação que o desafio (nunca superado) passa a se mostrar. A imaginação, ou mesmo o objetivo de uma

sociedade plenamente e completamente igualitária sofre de um ataque fatal. Os seres humanos são iguais? Se sim, são iguais em absolutamente tudo? Por certo que não. Se são desiguais, são desiguais em absolutamente tudo? Por certo também não. Percebemos então que, o modo mais correto de olhar a igualdade perante os homens é considerar que os homens são tanto iguais como desiguais. E que todos os movimentos (políticos, econômicos) que considerem seus impactos em indivíduos, precisa considerar essas igualdades e desigualdades.

Já a definição de liberdade passa a ter um problema prático mais claro. O homem, quando era somente caçador e coletor, se beneficiava de uma liberdade absoluta, a tal tamanho que essa liberdade nem lhe era perceptível. Quando os assentamentos de humanos passam a ocorrer, e eles passam a precisar se organizar em grupo em um único local, a liberdade antes desfrutada passa a ser limitada para que toda a comunidade funcione. É no nascimento da propriedade privada que a liberdade absoluta morre e dá lugar a uma liberdade relativa e socialmente delimitada.

Vimos ainda que os termos igualdade e liberdade são interligados e geram ainda mais paradoxos. Uma é a contrabalança da outra. Uma eventual defesa de igualdade absoluta, se experienciada numa sociedade organizada, certamente esbarraria no direito de liberdade, de modo a limitá-la tanto que o benefício de uma igualdade absoluta poderia não ser considerada aceitável, pela necessidade de tolher a maior parte da liberdade das pessoas, isso se for possível manter alguma liberdade. Da mesma forma, uma eventual defesa da liberdade absoluta geraria um impacto severo na igualdade, pois uma liberdade absoluta não respeitaria o outro indivíduo, podendo utilizar-se de meios cruéis e indesejáveis (pois é completamente livre) a procura de conquistar o que deseja.

Se a alguém for dado, numa sociedade organizada, o poder da liberdade absoluta, esse alguém poderia demandar a garantia de sua liberdade em querer se igualar a outra pessoa. E se, ao contrário, for dado o poder de uma igualdade absoluta, esse mesmo alguém poderia demandar a garantia de igualar sua liberdade a de outra pessoa. Ou seja, os conceitos de liberdade, propriedade privada e igualdade estão intimamente ligados, são ao mesmo tempo

complementares e contraditórios, (como é natural das abstrações criadas pela mente humana) e não é viável uma tentativa radical de aplicação de uma ou de outra. Ficamos, portanto, com a possibilidade de utilizá-las de acordo com situações e momentos, hora objetivando gerar mais igualdade em detrimento de certo grau de liberdade (e que seriam políticas de esquerda), hora tendo como objetivo gerar mais liberdade, aceitando o impacto negativo que acontecerá para a igualdade (e que seriam políticas de direita).

Apesar desses termos não serem exatamente econômicos, eles são a base que precisamos para continuar nossa definição econômica de direita e esquerda, pois integram uma importante separação das teorias econômicas, que hora pesam mais para a igualdade (esquerda), hora pesam mais para a liberdade (direita).

Na segunda parte do trabalho nos aprofundamos mais especificamente nas escolas e teorias econômicas e onde elas se encaixam para formarem o espectro que estamos analisando. O capitalismo, como sistema econômico que gera renda por meio de capital, e que essa geração leva a uma acumulação de capital na mão de poucos, também foi o sistema que (hoje sabemos com clareza) teve os melhores resultados no que tange ao desenvolvimento humano e qualidade de vida. Adam Smith (1759, 1776) é um dos nomes mais importantes no início dos estudos da ciência econômica, formulando uma teoria de como a sociedade organizava, nesse sistema econômico, a produção e distribuição de recursos escassos. Ele formou, com isso, a escola clássica da economia. Parte de sua tese passa pela conclusão de que os mercados conseguem funcionar perfeitamente se forem amplamente livre, e também que os homens são desiguais por natureza, e que essa desigualdade é boa para o funcionamento da economia, e que é justamente a desigualdade que cria a vaidade e motivação necessária nos homens para induzi-los a se esforçarem mais do que o necessário para sua simples sobrevivência. Com isso, e pelo carácter clássico e praticamente solitário nas explicações do funcionamento da economia, sua defesa passou a ser considerada como uma defesa de Direita.

Quase um século depois, Marx e Engels (1848) lançam uma teoria contraditória e desafiadora ao capitalismo, uma teoria que indicava que o capitalismo iria inevitavelmente implodir. Com isso, preparam uma cartilha para um novo sistema econômico, o socialismo e depois o comunismo. Mais tarde, Marx (1867) lança um enorme manual, descrevendo detalhadamente o funcionamento do sistema capitalista. Toda essa descrição serviria para gerar o entendimento suficiente nas classes operárias sobre a exploração que sofriam, e um caminho para alcançarem um modelo em que todos poderia viver em uma sociedade plenamente igualitária. Com isso, nascia uma teoria que criava uma contraposição forte ao capitalismo e sua teoria clássica (e depois neoclássica), os empurrando para a direita e se assentando no espaço a sua esquerda. O antagonismo então entre capitalismo e socialismo, ou seja, entre direita e esquerda estava claramente delimitado.

Porém, a ciência econômica não descansou. Não faltaram nos últimos 3 séculos crises e acontecimentos que nenhum dos lados conseguisse prever de forma suficiente. E o que antes era uma divisão clara e distante, passa, ao longo das décadas a se aproximarem e a incorporarem oportunamente pontos de vistas e modelos econômicos uma da outra.

A mais importante foi a revolução que Keynes (1936) gerou ao criar um modelo econômico plenamente capitalista, mas que incorporava diversos benefícios imaginados pelo socialismo, como maiores responsabilidades do Estado com a qualidade de vida de sua população, e com a defesa de que o Estado podia – e em muitos casos devia – intervir diretamente na economia, de forma a corrigir imperfeições que o mercado sozinho gerava, além de poder gerar crescimento econômico por meio do endividamento momentâneo do Estado, que teria a consequência de aumentar a renda média da população, e portanto, crescimento econômico capitalista diretamente vinculado com a melhoria na qualidade de vida de toda a população. Foi um modelo que prometia o melhor dos dois mundos: uma crescente acumulação de capital por meio de um rápido crescimento econômico, e uma diminuição das desigualdades entre a população, tudo financiado pelo Estado.

Os países centrais certamente se beneficiaram desse modelo por algumas décadas e se consolidaram como o pedaço do planeta terra com a maior renda média da população. Porém esse modelo também gerou problemas com o estouro do endividamento dos Estados nacionais. E mais revisões foram realizadas em ambas as teorias, de forma a aceitarem as partes confirmadas na prática das teoria keynesiana, e propor melhorias e alterações para solucionar as partes da teoria que não funcionaram como previsto, ou que simplesmente não tinham sido previstas. E a partir disso, houve cada vez mais aproximações e distanciamentos entre as teorias econômicas de direita e esquerda, até que no século XXI a prática econômica na maior parte do planeta é realizada por economistas que nem consideram mais qual das teorias estão sendo base para os modelos que utilizam para alcançar os objetivos desenhados, sejam eles da iniciativa privada ou da organização pública. Passou então a ser convencionalizado que o funcionamento do capitalismo atualmente utiliza das teorias econômicas como ferramentas para alcançar um determinado objetivo, hora usando mais teorias de direita, hora usando mais teorias de esquerda, hora usando ambas juntas, hora usando modelos que nem se encaixam mais em nenhum dos lados do espectro.

A diferenciação econômica de direita e esquerda, do ponto de vista teórico permanece e é saudável, porém é consenso que sua aplicação prática não segue mais essa divisão. Se incluirmos nessa cesta de argumentos outras teorias e interpretações (que não teremos espaço ou tempo para aprofundarmos nesse trabalho) como a revolução causada na ciência econômica pela contribuição realizada em 1970 por Robert Lucas, que com base no trabalho de John Muth de 1961 propôs a teoria das expectativas racionais (que indica que os agentes econômicos tomam decisões baseadas em expectativas racionais, e que essas expectativas são influenciadas pelo próprio movimento do mercado, e em contrapartida, das expectativas de outros agentes econômicos, influenciando diretamente o funcionamento da economia), ou conceito de performatividade, aplicado à economia pelos sociólogos Michel Callon e Donal MacKenzie (desenvolvido na filosofia da linguagem por John Langshaw Austin) no livro *“A Engine, Not a Camera: How Financial Models Shape Markets”* (2006) e que gera

uma nova interpretação sobre o papel dos economistas e seus modelos econômicos no próprio funcionamento da economia, não apenas como observadores, mas como agentes influentes nas expectativas geradas ao mercado. Se considerarmos ainda como exemplo, de modo mais radical, porém mais concreto, que foi a partir de um modelo econômico desenvolvido por um economista em sua mesa de trabalho que a União Soviética se formou, mudou o rumo não só da história de seu país e de sua população, mas retirou (mesmo que indiretamente) a liberdade de uso dos mercados de quase um terço da população mundial, impactando de modo fundamental toda a história recente da humanidade (independente se sua aplicação foi mais ou menos correta ou aceitável). Se considerarmos tudo isso, fica clara a importância do papel do economista como agente decisivo em influência nos rumos das economias nacionais e internacionais.

Portanto, a diferenciação teórica das escolas econômicas no espectro político de esquerda e direita é, digo mais uma vez, saudável e sugerido, mas exclusivo para especialização educacional e evolução da própria ciência econômica como um todo. Não há mais espaço racional para uma defesa de uma teoria sobre a outra, ambas se completam e se confirmam, mesmo quando, e até mesmo as vezes por se contradizerem.

Termino voltando ao início: a ciência econômica é uma ciência social que estuda o comportamento humano relacionado às trocas de recursos escassos frente a desejos (demandas) infinitos, e (complementando com a conclusão que tivemos no texto), um estudo de como as formas econômicas influenciam na vida da população, com o objetivo de criar, propor e direcionar políticas públicas que consigam realizar os impactos necessários para uma melhoria na qualidade de vida de todos. As teorias econômicas de direita e esquerda são somente ferramentas para alcançar esses objetivos, e devem ser usadas uma ou outra, ou mesmo ambas, de acordo com como a situação e as variáveis econômicas e sociais se apresentam.

A continuidade de uma defesa aparentemente inócua à sociedade de uma teoria sobre a outra, no século XXI, servirá apenas para viabilizar, na verdade, movimentos extremistas e reacionários que, no final das contas, será contrário ao objetivo base de todo o trabalho realizado até hoje por todos os economistas sem

exceção, “grandes ou pequenos”, teóricos ou práticos. Ou ainda, “de direita, ou de esquerda”, caso essa identificação pessoal não tenha sido ainda considerada inválida e ineficaz com a finalização da leitura do presente trabalho.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ANA MARÍA ROURA. **BBC NEWS Brasil**. Por que se chamam de direita e esquerda os campos opostos na política?. [S.l.]. BBC NEWS Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55979311>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ANDERSON, Perry. A direita intransigente.: Michael Oakeshott, Leo Strauss, Carl Schmitt, Friedrich von Hayek. *In*: (Aut.). **espectro**: da direita à esquerda no mundo das ideias. Tradução: Fabrizio C. Rigout, Paulo Cesar Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012. cap. 1. p. 21-31, Título original: Spectrum. ISBN: 978-85-7559-143-7.

BLANCHARD, Oliver. Epílogo: a história da macroeconomia: A síntese neoclássica. *In*: (Aut.). **Macroeconomia**. Tradução: Cláudia Martins, Mônica Rosemberg. 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. cap. 27.2. p. 546-548, Título original: Macroeconomics. ISBN: 978-85-7605-075-9.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Título original: Destra e sinistra. ISBN: 978-85-393-0081-5.

BOBBIO, Norberto. Apêndice. Stalin e a crise do marxismo. *In*: (Aut.). **Nem com Marx, nem contra Marx**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006. cap. 5. p. 103-117, Título original: Né con Marx, né contro Marx. ISBN: 85-7139-700-7.

BOBBIO, Norberto. Uma tentativa de resposta para a crise do marxismo. *In*: (Aut.). **Nem com Marx, nem contra Marx**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006. cap. 16. p. 281-292, Título original: Né con Marx, né contro Marx. ISBN: 85-7139-700-7.

COELHO, Jóni Cardoso. **Os fundamentos filosóficos do anarcocapitalismo rothbardiano**. Orientador: Doutor Rui Bertrand Romão

Baldaque. 2019. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Faculdade de Letras Universidade do Porto, U.PORTO, Porto, 2019.

ELIADE, Mircea. Religião, magia e tradições herméticas antes e depois das Reformas: Martinho Lutero e a Reforma na Alemanha, A teologia de Lutero. A polêmica com Erasmo, Zwingli, Calvino, a Reforma católica, Humanismo, neoplatonismo e hermetismo durante o Renascimento. *In:* (Aut.). **História das crenças e das ideias religiosas:** de Maomé à idade das Reformas. Tradução: Roberto Cortes de Lacerda. 1 ed. v. 3, Rio de Janeiro: Zahar, 2011. cap. 38. p. 223-235, Título original: Histoire des croyances et des idées religieuses, v. III. ISBN: 978-85-378-0731-6.

FIABANE, Danielle. **Esquerda e Direita:** Ainda são conceitos válidos?. Orientador: Prof. Ruben César Keiner. 1999. Tese (Doutorado) - Curso de Pesquisa, PIBIC - CNPq, Distrito Federal, 1999.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** Uma breve história da humanidade. Tradução: Janaína Marcoantonio. 51. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2020. Título original: A Brief History of Humankind. ISBN: 978-85-254-3218-6.

HAYEK, Friedrich A. von. As origens da liberdade, da propriedade e da justiça. *In:* (Aut.). **Os erros fatais do socialismo:** Por que a teoria não funciona na prática. Tradução: Eduardo Levy. 1 ed. Barueri: Faro editorial, 2017. cap. 2. p. 42-53, Título original: The fatal conceit: the errors of socialism. ISBN: 978-85-62409-97-4.

HOBBSAWM, Eric. Guerra Fria. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos:** O breve século XX 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 8. p. 178-202, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBBSAWM, Eric. Os anos dourados. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos:** O breve século XX 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 9. p. 202-225, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBBSAWM, Eric. Revolução social. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos:** O breve século XX 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo:

Companhia das Letras, 1995. cap. 10. p. 225-250, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBSEBAWM, Eric. Revolução cultural. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 11. p. 250-268, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBSEBAWM, Eric. O Terceiro Mundo. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 12. p. 268-289, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBSEBAWM, Eric. "Socialismo real". *In:* (Aut.). **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 13. p. 289-310, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBSEBAWM, Eric. As décadas de crise. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 14. p. 312-334, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBSEBAWM, Eric. Terceiro Mundo e revolução. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 15. p. 334-354, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

HOBSEBAWM, Eric. Fim do socialismo. *In:* (Aut.). **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 16. p. 355-383, Título original: Age of extremes. ISBN: 85-7164-468-3.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral. *In:* (Aut.). **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: Inflação e Deflação**. Tradução: Mário R. da Cruz. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. cap. 1. p. 15-15, (Os economistas). Título original: The General Theory of Employment, Interest and Money.

KEYNES, John Maynard. Notas finais sobre a filosofia social a que poderia levar a Teoria Geral. *In:* (Aut.). **A Teoria Geral do Emprego, do**

**Juro e da Moeda:** Inflação e Deflação. Tradução: Mário R. da Cruz. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. cap. 24. p. 253-259, (Os economistas). Título original: The General Theory of Employment, Interest and Money.

MARX, KARL; ENGELS, FRIEDRICH. **manifesto comunista**. Tradução: Álvaro Pina; Ivana Jinkings. 1 ed. São Paulo: boitempo, 2016. Título original: Manifest der Kommunistischen Partei. ISBN: 978-85-85934-23-1.

MARX, Karl. Transformação de mais-valor em capital: O processo de produção capitalista em escala ampliada. Conversão das leis de propriedade que regem a produção de mercadorias em leis da apropriação capitalista. *In:* (Aut.). **O Capital:** Crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. 2 ed. v. Livro 1, São Paulo: Boitempo, 2017. cap. 22-1. p. 655-663, Título original: Das kapital: kritik der politischen Ökonomie. ISBN: 978-85-7559-548-0.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva: Gênese do capitalista industrial. *In:* (Aut.). **O Capital:** Crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. 2 ed. v. Livro 1, São Paulo: Boitempo, 2017. cap. 24-6. p. 820-830, Título original: Das kapital: kritik der politischen Ökonomie. ISBN: 978-85-7559-548-0.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva: Tendência histórica da acumulação capitalista. *In:* (Aut.). **O Capital:** Crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. 2 ed. v. Livro 1, São Paulo: Boitempo, 2017. cap. 24-7. p. 830-833, Título original: Das kapital: kritik der politischen Ökonomie. ISBN: 978-85-7559-548-0.

MILANOVIC, Branco. Capitalismo meritocrático liberal. *In:* (Aut.). **Capitalismo sem rivais:** O futuro do sistema que domina o mundo. Tradução: Bernardo Ajzenberg. 1 ed. São Paulo: todavia, 2020. cap. 2. p. 21-28, Título original: Capitalism, Alone. ISBN: 978-65-5114-024-2.

MILANOVIC, Branco. Capitalismo político. *In:* (Aut.). **Capitalismo sem rivais:** O futuro do sistema que domina o mundo. Tradução: Bernardo Ajzenberg. 1 ed. São Paulo: todavia, 2020. cap. 3. p. 93-131, Título original: Capitalism, Alone. ISBN: 978-65-5114-024-2.

MILANOVIC, Branco. O lugar do comunismo na história mundial. *In:* (Aut.). **Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo.** Tradução: Bernardo Ajzenberg. 1 ed. São Paulo: todavia, 2020. cap. Apêndice A. p. 291-297, Título original: Capitalism, Alone. ISBN: 978-65-5114-024-2.

MILANOVIC, Branco. Hipercomercialização e a "mão invisível" de Adam Smith. *In:* (Aut.). **Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo.** Tradução: Bernardo Ajzenberg. 1 ed. São Paulo: todavia, 2020. cap. Apêndice B. p. 299-302, Título original: Capitalism, Alone. ISBN: 978-65-5114-024-2.

MISES, Ludwig von. Os fundamentos da política econômica liberal: A propriedade, A liberdade, A paz, A igualdade, A desigualdade de riquezas e de renda, A propriedade privada e a ética. *In:* (Aut.). **Liberalismo.** Tradução: Haydn Coutinho Pimenta. 2 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010. cap. 1. p. 49-63, ISBN: 978-85-62816-15-4.

MISES, Ludwig von. Apêndice: Sobre o termo "liberalismo". *In:* (Aut.). **Liberalismo.** Tradução: Haydn Coutinho Pimenta. 2 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010. p. 207-209, ISBN: 978-85-62816-15-4.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução: Monica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Título original: Le capital au XXI siècle. ISBN: 9788580575811.

RODRIGUES, Alexandre Amaral. **Ambição e prudência:: Os sistemas econômicos de Adam Smith.** Orientador: Profa. Dra. Maria das Graças de Souza. 2017. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017, 2017.

ROSLING, Hans; ROSLING, Ola; RÖNNLUND, Anna Rosling. **Factfulness: O hábito libertador de só ter opiniões baseadas em fatos.** Tradução: Vitor Paolozzi. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. Título original: Factfulness: ten reasons we're wrong about the world - and why things are better than you think. ISBN: 978-85-01-11652-9.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. Tradução: Eduardo Brandão. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017. (Grandes ideias). Título original: Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes. ISBN: 978-85-8285-062-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. A taxa de crescimento da produção total. *In*: (Aut.). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 5. p. 93-103, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. O capitalismo plausível. *In*: (Aut.). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 6. p. 105-116, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. A civilização do capitalismo. *In*: (Aut.). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 11. p. 171-183, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. As paredes desabam. *In*: (Aut.). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 12. p. 185-199, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. Desobstruindo o terreno. *In*: (Aut.). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 15. p. 231-237, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. A planta socialista. *In*: (Aut.). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 16. p. 239-257, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. O elemento humano. *In*: (Aut.). **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1

ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 18. p. 275-298, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. A configuração do problema. *In: (Aut.)*. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 20. p. 319-338, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. A doutrina clássica da democracia. *In: (Aut.)*. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 21. p. 339-363, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. Outra teoria da democracia. *In: (Aut.)*. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 22. p. 365-378, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. Conclusão. *In: (Aut.)*. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. cap. 23. p. 385-409, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SCHUMPETER, Joseph A.. A marcha para o socialismo. *In: (Aut.)*. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araujo. 1 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. p. 563-576, Título original: Capitalism, socialism and democracy. ISBN: 978-85-393-0691-6.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. *In: (Aut.)*. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. cap. 1. p. 27-53, Título original: Development as freedom. ISBN: 978-85-359-1646-1.

SEN, Amartya. Mercados, Estado e oportunidade social. *In: (Aut.)*. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. cap. 5. p.

150-192, Título original: Development as freedom. ISBN: 978-85-359-1646-1.

SEN, Amartya. Escolha social e comportamento individual. *In:* (Aut.). **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. cap. 11. p. 318-358, Título original: Development as freedom. ISBN: 978-85-359-1646-1.

SISSÉ, Lamine. **Liberdade de expressão e democracia na Guiné Bissau**. Orientador: Prof. Dr. Saulo José Casali Bahia. 2015. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WEBER, Max. O espírito do capitalismo. *In:* (Aut.). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Mário Moraes. 1 ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013. cap. 2. p. 51-78, (Coleção a obra-prima de cada autor). Título original: Die Protestantische Ethik Und Der Geist Des Kapitalismus. ISBN: 978-85-7232-975-0.

WEBER, Max. O ascetismo e o espírito do capitalismo. *In:* (Aut.). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Mário Moraes. 1 ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013. cap. 5. p. 237-261, (Coleção a obra-prima de cada autor). Título original: Die Protestantische Ethik Und Der Geist Des Kapitalismus. ISBN: 978-85-7232-975-0.